

4

SETÚBAL **TERRITÓRIO** **INTERCULTURAL**

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

4

ÍNDICE

Ficha Técnica.....	3
Agradecimentos.....	4
Nota de Abertura.....	5
1. Introdução.....	6
2. Enquadramento Sociodemográfico.....	7
2.1. Distribuição Geográfica da População Residente.....	8
2.2. Atividade Económica e Mercado de Trabalho.....	10
2.3. Tipologia do Território.....	11
3. Intervenção Municipal – Gabinete do Imigrante e das Minorias Étnicas - GIME.....	16
3.1. Serviço de Atendimento ao Público.....	16
3.2. Apoio ao Movimento Associativo.....	17
3.3. Centro Multicultural.....	17
3.4. Promoção, Coorganização e Apoio a Projetos/Atividades.....	18
4. Metodologia.....	18
4.1. Conceção.....	18
4.2. Fase de Divulgação do Plano.....	19
4.3. Constituição da equipa de dinamizadores/as de <i>focus group</i>	20
4.4. Realização de <i>Focus group</i>	24
4.4.1. <i>Focus group</i> Espaço Social.....	25
4.4.2. <i>Focus group</i> Espaço Técnico.....	26
4.5. Inquérito a Pessoas Imigrantes.....	27
5. Diagnóstico Local.....	30
5.1. População estrangeira residente no Concelho – dados sociodemográficos.....	30
5.2. Identificação dos problemas e necessidades por área.....	40
5.2.1. Serviços de Acolhimento e Integração.....	41
5.2.2. Urbanismo e Habitação.....	51
5.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.....	53
5.2.4. Educação e Língua.....	57
5.2.5. Capacitação e Formação.....	64
5.2.6. Cultura.....	65
5.2.7. Saúde.....	67
5.2.8. Solidariedade e Resposta Social.....	68
5.2.9. Cidadania e Participação Cívica.....	71
5.2.10. <i>Media</i> E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA.....	74
5.2.11. Racismo e Discriminação.....	75
5.3. Plano de Desenvolvimento Social.....	78
6. Setúbal, Território Intercultural – Plano Municipal para a Integração de Migrantes.....	80
6.1. Dimensão Estratégica.....	80
6.2. Dimensão Operacional.....	84
6.3. Modelo de Monitorização e Avaliação.....	96
6.4. Acompanhamento e Modelo de Governação.....	96
7. ANEXOS.....	100



Ficha Técnica

Designação do Projeto

Setúbal, Território Intercultural

N.º do Projeto

PT/2017/FAMI/168

Entidade Promotora

Câmara Municipal de Setúbal

Financiamento

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

Entidade Delegada

Alto Comissariado para as Migrações

Edição

Câmara Municipal de Setúbal

Praça do Bocage

2900-276 – Setúbal

Período de Execução

02 de novembro de 2017 a 31 de agosto de 2020



Agradecimentos





Nota de Abertura



1. Introdução

O presente documento começa por uma breve apresentação de elementos históricos, demográficos, sociais e económicos do território, considerando-se que essa informação é relevante e essencial para caracterizar a sociedade de acolhimento e enquadrar questões centrais do Plano Municipal para a Integração de Migrantes.

Historicamente, pode afirmar-se que Setúbal sempre foi um *território intercultural*, associado a atividades económicas e industriais, maioritariamente associadas à atividade piscatória e ao comércio.

«Com a presença romana, nos séculos I a IV da nossa era, nasceu Cetóbriga, um importante núcleo urbano e industrial, principalmente ligado à salga de peixe, que se estendeu pelas duas margens do rio Sado, integrando Tróia.»¹

Posteriormente, o território será “visitado” pelos povos Bárbaros, ocupado pelos árabes e sujeito à dominação Filipina.

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento económico e social transformou o território num dos mais importantes centros comerciais e industriais do País.

Durante as décadas de 60 e 70 (século XX), Setúbal torna-se um importante destino de migrações internas (com especial destaque para pessoas oriundas do Alentejo) e de migrações provenientes de antigas colónias, nomeadamente, Cabo-Verde (que vem a constituir-se como uma das mais significativas comunidades imigrantes do concelho), Angola e Timor Leste. Em parte, estes fluxos migratórios ficam a dever-se a um forte desenvolvimento industrial registado, à época, em Setúbal, designadamente nas áreas da metalomecânica, indústria naval (construção e reparação de navios), indústrias de celulose, papel, cimento, fertilizantes, pesticidas, produtos fitofarmacêuticos e energia termoelétrica.

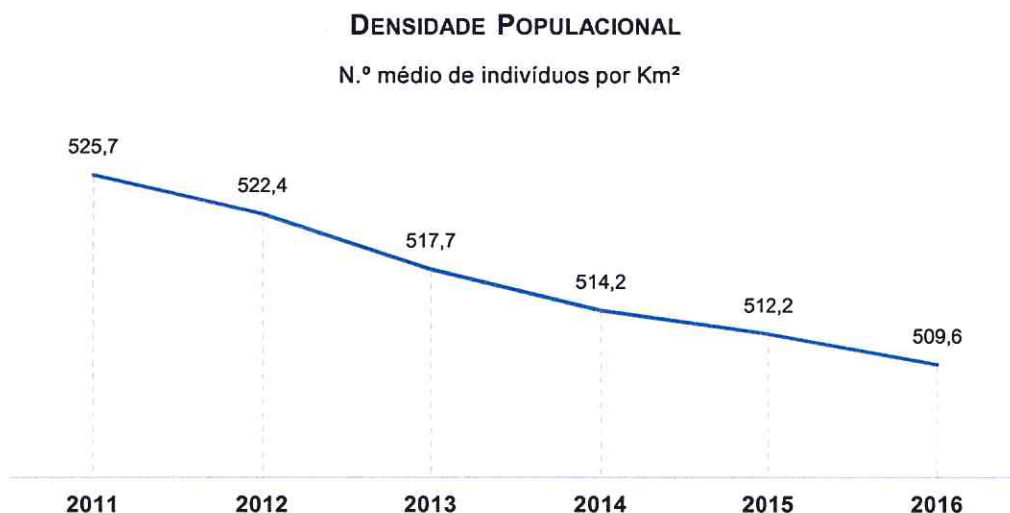
No início do século XXI, Setúbal constituiu-se como destino preferencial de vagas de imigração procedentes, essencialmente de países da América do Sul (sobretudo do Brasil) e dos Países do Leste Europeu, tornando-se no terceiro distrito, depois de Lisboa e Faro, a acolher cidadãos/ãs estrangeiros/as com autorização de residência.

¹ In, <http://www.mun-setubal.pt/pt/categoria/historia/1>

2. Enquadramento Sociodemográfico

A cidade de Setúbal é capital de distrito (desde 1926) e sede de um município que abrange uma área territorial de 230,3 km² onde residem cerca de 121.185 habitantes² e que apresenta uma densidade populacional de 525,7 habitantes/km² (Censos 2011).

Gráfico 1.



Fonte: PORDATA; Fontes de Dados: IGP - Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2009.0; INE - Estimativas Anuais da População Residente

A oeste, o município de Setúbal é limitado pelo município de Sesimbra, a noroeste pelo município do Barreiro, a norte e leste pelo município de Palmela e a sul, o estuário do Sado separa-o dos municípios de Alcácer do Sal e de Grândola.

Atualmente, o município de Setúbal subdivide-se em cinco freguesias³, reunindo características urbanas e rurais, nomeadamente: União de Freguesias de Azeitão (agregando as antigas freguesias de São Lourenço e São Simão); Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra; Sado; São Sebastião; União de Freguesias de Setúbal (agregando as antigas freguesias de São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça).

² Ao longo do documento utilizaremos o valor 121.185 (CENSOS 2011) como referência à população residente em Setúbal. Contudo, no *website* da PORDATA, para o ano 2015 é apresentado o valor de 117.973 pessoas residentes em Setúbal.

³ Lei n.º 11-A/2013 - *Reorganização administrativa do território das freguesias*, Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28



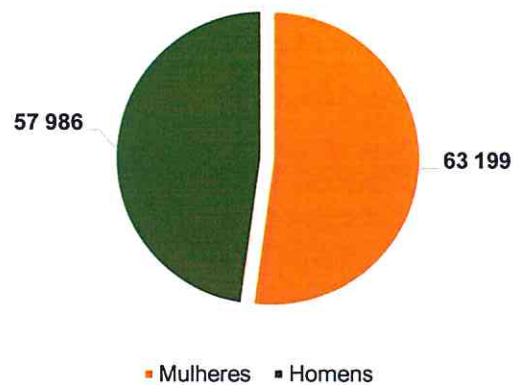
2.1. Distribuição Geográfica da População Residente

A população residente concentra-se fundamentalmente na área urbana (União de Freguesias de Setúbal e freguesia de São Sebastião), apresentando a União de Freguesias de Azeitão, as freguesias do Sado e de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, densidades populacionais significativamente baixas.

No que respeita à distribuição por sexos (e tomando como referência os dados dos Censos 2011), 63.199 pessoas são do sexo feminino (equivalendo a 52% do total da população residente) e 57.986 são do sexo masculino (equivalendo a 48% do total da população residente).

Gráfico 2.

TOTAL PESSOAS RESIDENTES NO CONCELHO P/ SEXO
ano 2011

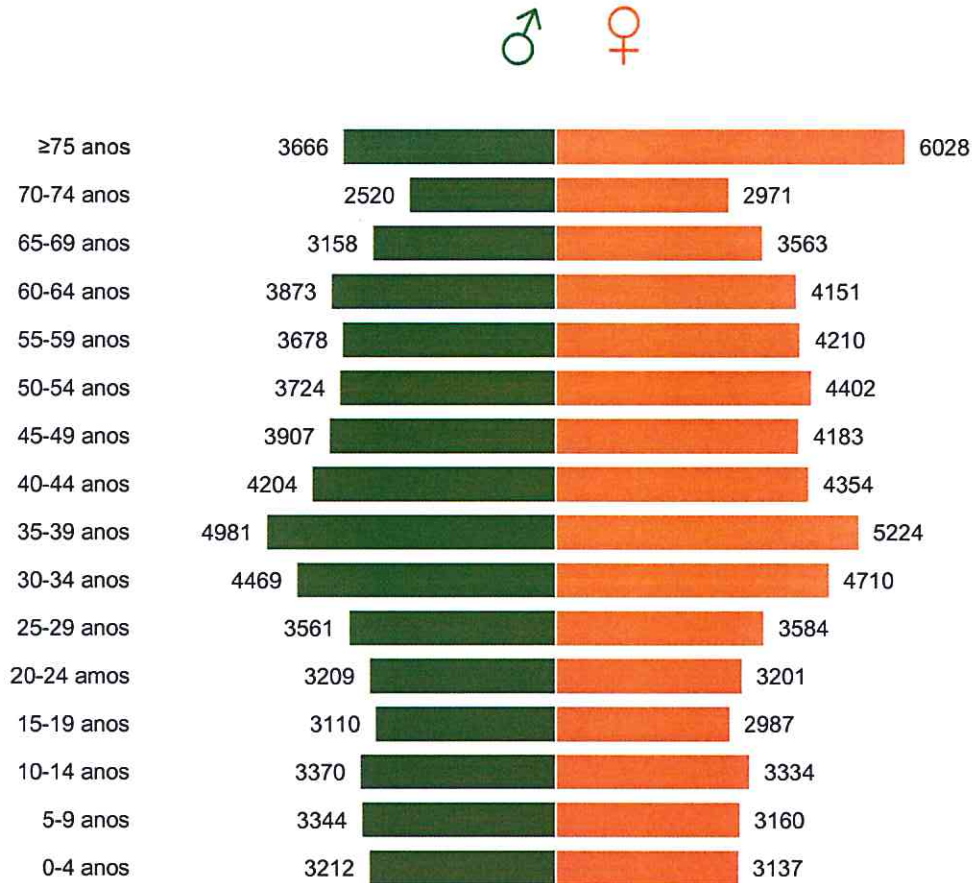


Fonte: PORDATA | Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

2

Gráfico 3.

PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SETÚBAL
 Censos 2011



Fonte: PORDATA | Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

2.2. Atividade Económica e Mercado de Trabalho

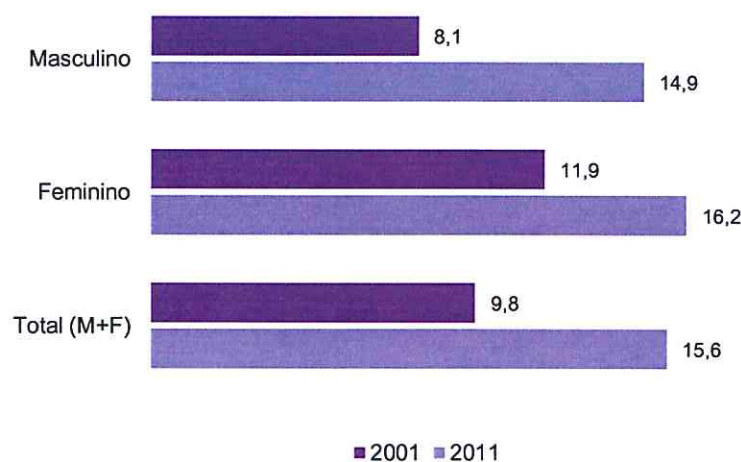
De acordo com os censos de 2011, a população em idade ativa correspondia a um total 58.514 pessoas (48% do total de pessoas residentes) das quais 29.822 eram do sexo masculino (25%) e 28.692 do sexo feminino (24%).

Refira-se que, do total de pessoas em idade ativa, 16% estavam desempregadas e do total de população empregada, apenas 1,6% trabalhavam no setor primário, 24,9% no setor secundário e 73,5% no setor terciário (comércio e serviços), que regista uma clara predominância.

Entre os anos 2001 e 2011 registou-se um aumento percentual (6%) da taxa de desemprego no concelho que, no total e por sexo, se traduz no gráfico que, abaixo, se apresenta.

Gráfico 4.

TAXA DE DESEMPREGO SETÚBAL - ANOS 2010 / 2011 TOTAL E POR SEXO (%)



Fonte: PORDATA; Censos 2011 | Fontes de dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; ISS,IP/CDSSS/UAD-NAGPGI - Indicadores Emprego Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal (PSCPS)



2.3. Tipologia do Território

De acordo com a *Tipologia do Território*, apresentada no *Referencial de Coesão Social 2014*⁴, realizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P. o concelho de Setúbal enquadra-se no grupo dos “Concelhos Urbanos Consolidados”, que apresentam como principais características⁵:

- *Setor terciário predominante;*
- *Serviço às empresas, serviços coletivos e pessoais, ensino e saúde, hotelaria, com presença muito forte;*
- *Concentração da população em lugares de grande dimensão;*
- *Crescimento demográfico;*
- *Peso relativo acentuado da população em idades mais ativas (25-50 anos).*

Relativamente à *Tipologia de Exclusão Social*, o *Referencial de Coesão Social* considera que se salientam três formas distintas de exclusão social, nomeadamente:

- 1) *Exclusão pelo envelhecimento;*
- 2) *Exclusão pelo desemprego;*
- 3) *Exclusão pela marginalização.*

No referido documento, Setúbal surge como um dos concelhos⁶ mais representativos do grupo caracterizado por fenómenos de *marginalização e desemprego*⁷ considerando que «*Este grupo constitui um dos perfis que apresentam valores de índice mais expressivos das dimensões de vulnerabilidade do Referencial (...), este grupo apresenta igualmente traços muito marcados associados à Exclusão pela marginalização e inclui-se como o grupo mais representativo desta categoria, no âmbito do Referencial.*»⁸

⁴ *Referencial de Coesão Social: 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto da Segurança Social ISS, Lisboa, 2015

Disponível em: <http://www.seq-ocial.pt/documents/10152/13341/Referencial+Coes%C3%A3o+Social> PORTAL

⁵ Idem, p. 38

⁶ Total de Concelhos: Albufeira | Aljezur | Amadora | Benavente | Faro | Lagoa | Lagos | Loulé | Loures | Moita | Olhão | Portimão | Setúbal | Sines | Vila Real de Santo António

Ranking dos concelhos mais representativos do Grupo: Lagos | Lagoa | Portimão | **Setúbal** | Sines | Loures | Loulé | Albufeira | Amadora | Faro

⁷ *Referencial de Coesão Social: 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto da Segurança Social ISS, Lisboa, 2015, p. 144

⁸ Idem, p. 113



Em seguida, apresentam-se quadros que apresentam diferentes comportamentos registados em diversas dimensões e sub-dimensões (aqui apenas identificamos as sub-dimensões que apresentam comportamentos associados), apresentadas no Referencial e correspondentes ao grupo no qual se insere o concelho de Setúbal.

Quadro 1.

GRUPO 9: MARGINALIZAÇÃO E DESEMPREGO

COMPORTAMENTO DAS DIMENSÕES

DIMENSÕES DE EXCLUSÃO	
Inatividade	---
Fraca intensidade laboral	+++
Desemprego	+++
Baixos níveis de habilitações escolares	-
Desqualificação do trabalho	--
Incapacidade	---
Rendimento	
Prestações sociais	
Poupança	
Endividamento	+++
Encargos com habitação	+++
Condições deficitárias de habitação	
Isolamento	
Criminalidade	+++
Autoconsumo	
GRUPOS VULNERÁVEIS E GRUPOS DE RISCO	
Vulnerabilidade associada ao género	+++
Vulnerabilidade associada à composição familiar	+++
Vulnerabilidade da população imigrante	+++
Grupos de risco	+++
CAPITAL INCLUSIVO	
Taxa de cobertura dos equipamentos sociais	
Dinâmica das redes sociais	

Legenda



Fonte: *Referencial de Coesão Social: 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto da Segurança Social ISS, Lisboa, 2015, p. 110



Quadro 2.

GRUPO 9: MARGINALIZAÇÃO E DESEMPREGO

COMPORTAMENTO DAS SUB-DIMENSÕES

Trabalho a tempo parcial	+++
Fraca intensidade de trabalho	++
Trabalho sazonal, esporádico, temporário...	+++
Desemprego – variação triénio 2007/09 e o triénio 2010/12	+++
Desemprego nas idades mais ativas	+++
Desemprego masculino	+++
Desemprego: vulnerabilidade familiar	+++
Saída antecipada do sistema escolar	+
Baixa escolarização	---
Profissões desqualificadas	--
Desqualificação escolar da população ativa	--
Incapacidade permanente para o trabalho	--
Pensionistas por invalidez	---
Evolução do rendimento	--
Alojamentos – sobrelotação	+++
Alojamentos – baixo consumo de energia	---
Alojamentos – habitação social	+++
Mulheres – casamentos e/ou filhos precoces	+
Mulheres solteiras com filhos	+++
Famílias de grande dimensão	+
Famílias com desemprego	+++
Famílias monoparentais	+++
Famílias monoparentais com várias crianças	+++
Famílias polinucleares	+ -
Famílias institucionais	--
Idosos que residem sem familiares	-
Nados vivos fora do casamento sem coabitação dos pais	+++
População estrangeira	+++
População estrangeira de países pobres	+++
População estrangeira dos PALOP	+++
População estrangeira – evolução	+++
Grupos de risco – HIV	+++
Grupos de risco – toxicodependência – infratores	+++
Grupos de risco – toxicodependência – tratamento	+++
Grupos de risco – população. sem abrigo	++
Grupos de risco – pop. sem abrigo – segurança social – processos ativos	+++
Grupos de risco – crianças e jovens em risco	++

Legenda

+++	++	+	+ -	-	--	---
Elevadíssimo	Muito elevado	Elevado	Médio	Baixo	Muito baixo	Baixíssimo

Fonte: *Referencial de Coesão Social: 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto da Segurança Social ISS, Lisboa, 2015, p. 111

Na *Identificação e caracterização das dimensões de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social*⁹, Setúbal situa-se nas posições extremas do ranking nas seguintes tipologias:

- Fraca intensidade laboral;
- Encargos com habitação;
- Endividamento;
- Valor médio das pensões.

Ainda que se situe fora do *ranking*, o concelho de Setúbal apresenta valores elevados nas seguintes tipologias:

- Desemprego (a península de Setúbal é uma das regiões mais afetadas por esta tipologia);
- Decréscimo do rendimento;
- Famílias de baixos rendimentos;
- Prestações sociais;
- Dependência de subsídios ou apoio social;
- Condições deficitárias da habitação;
- Criminalidade;
- Vulnerabilidade associada ao género;
- Vulnerabilidade associada à composição familiar;
- **Vulnerabilidade associada à população imigrante;**
- Grupos de risco;
- Grau de cobertura de equipamentos sociais.

⁹ *Referencial de Coesão Social: 2014*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto da Segurança Social ISS, Lisboa, 2015, p. 42 - 67



Face aos dados apresentados o Referencial considera que os concelhos que apresentam uma tipologia de exclusão associada à marginalização e desemprego que:

- Conjugam os efeitos do desemprego num contexto de forte marginalização;
- Registam a presença de grupos vulneráveis pobres (imigrantes pobres, famílias de baixos rendimentos) e, sobretudo, socialmente pouco integrados (especial incidência em concelhos de imigração recente ou com bolsas de população muito pobre);
- Apresentam uma forte presença de grupos de risco (associados ao HIV, toxicodependentes, crianças e jovens em risco e população sem-abrigo);
- Apresentam um perfil mais afetado pelos efeitos da crise e pelo crescimento do desemprego (em particular num contexto de trabalho desestruturado e pouco abrangido pela proteção social);
- Apresentam abordagens territoriais integradas de combate à exclusão como capital inclusivo do território.

Por fim, e também em conformidade com os dados apresentados, mas no que respeita especificamente à população imigrante, sendo esta considerada como um dos *grupos específicos particularmente vulneráveis* a situações de pobreza e exclusão social, decorrente de dificuldades na obtenção de rendimentos, de acesso ao mercado de trabalho, de exploração laboral, de discriminação ou de acesso bens e serviços de qualidade, a par dos desempregados de longa duração, dos idosos, das pessoas com deficiências e incapacidades e de grupos étnicos (por exemplo, as comunidades ciganas). Nesse sentido, e considerando o elevado número de pessoas estrangeiras a residir no concelho, considera-se que é fundamental a definição de medidas específicas que reforcem os recursos de integração/inclusão.

3. Intervenção Municipal – Gabinete do Imigrante e das Minorias Étnicas - GIME

A Câmara Municipal, há mais de uma década, desenvolve trabalho na integração de imigrantes, assumindo politicamente a interculturalidade como forma de gestão da diversidade - nomeadamente através da criação, em junho de 2004, do Gabinete do Imigrante e das Minorias Étnicas (GIME) tendo como:

- **Missão** – intervenção no âmbito de fenómenos migratórios e da multiculturalidade no concelho de Setúbal;
- **Visão** – integração das pessoas imigrantes e das comunidades étnico-culturais no e promoção da interculturalidade no Concelho de Setúbal.

Conceitos envolvidos:

- *Multiculturalidade* – coexistência, num mesmo território, de vários grupos com identidades culturais diversas;
- *Integração* – assegurar direitos e deveres, eliminar a discriminação com base na nacionalidade ou origem cultural;
- *Interculturalidade* – convivência democrática entre culturas, sem eliminação de traços específicos, e potenciando os aspetos inovadores e criativos resultantes do contacto e das trocas culturais.

3.1. Serviço de Atendimento ao Público

No GIME o *SEI – Setúbal, Etnias e Imigração* é um serviço dirigido às populações imigrantes e às comunidades culturais do Concelho que pretende contribuir para a sua integração e valorização através de:

- Cedência de informação atualizada e fidedigna sobre direitos, deveres e procedimentos;
- Encaminhamento através da rede de parceiros;
- Acompanhamento de casos sociais.

A equipa integra representantes de diferentes comunidades residentes no Concelho, os serviços prestados são gratuitos e confidenciais.



3.2. Apoio ao Movimento Associativo

A participação comunitária, nomeadamente através da criação e desenvolvimento de movimentos associativos, é um mecanismo muito importante no combate à exclusão, facilitando a interação dos indivíduos dentro da sua comunidade e entre diferentes comunidades. Além do papel importante na proteção dos direitos das comunidades que representam, as Associações são um veículo privilegiado de promoção do seu património cultural.

Nesse sentido, a Autarquia colabora com o movimento associativo através de:

- Apoio técnico, logístico às atividades de grupos formal ou informalmente constituídos e financeiro às atividades de grupos formalmente constituídos;
- Apoio à criação e desenvolvimento de novos grupos formais e informais;
- Dinamização de trabalho conjunto entre serviços públicos, associações e grupos.

3.3. Centro Multicultural

A existência e dinamização de um equipamento como o Centro Multicultural torna-se pertinente no desenvolvimento de um trabalho de aproximação às diversas comunidades minoritárias e aos seus representantes formais e informais, procurando através do desenvolvimento de ações de natureza diversificada, contribuir para potenciar os aspetos positivos da diversidade cultural, ao mesmo tempo que se procura atenuar os fenómenos de tensão e exclusão daí decorrentes. As associações, além de terem um papel importante na proteção dos direitos das comunidades que representam, são um veículo privilegiado de promoção do seu património cultural. Desde 2008 que este equipamento municipal é gerido pelo GIME, com cedências regulares e pontuais a várias associações e grupos de cidadãos/ãs, cujo regulamento de utilização foi elaborado de forma participada e de acordo com os utilizadores potenciais e regulares.



3.4. Promoção, Coorganização e Apoio a Projetos/Atividades

O GIME aposta fortemente no desenvolvimento de parcerias e do trabalho em rede para o desenvolvimento de projetos e atividades que promovam a interculturalidade, sendo exemplo disso mesmo as seguintes ações:

- Ciclo de Conversas Interculturais;
- Projeto Milénio de Todos;
- Praça do Mundo (Feira de Santiago);
- Maio - Diálogo Intercultural;
- Comemorações do Dia Internacional das Migrações
- Projeto MISIP – Mediadores Interculturais;
- Projeto Piloto de Mediadores Municipais;
- Rede das Cidades Interculturais;
- Rede de Municípios Amigos da Diversidade e dos Imigrantes.

4. Metodologia

4.1. Conceção

No processo de conceção do PMIM, assente numa abordagem participativa *bottom-up*, foram consideradas as seguintes fases:

1. Divulgação e mobilização dos atores sociais;
2. Diagnóstico.

Destaque-se o envolvimento e participação ativa das comunidades/pessoas migrantes no processo de construção do PMIM, com especial destaque na fase de Diagnóstico, quer através da sua participação nos *focus group* de espaço social, quer na sua qualidade de dinamizadores/as de *focus group*.



4.2. Fase de Divulgação do Plano

Abaixo apresenta-se as diversas ações que foram efetuadas ou rentabilizadas no âmbito do processo de divulgação do Plano.

outubro 2017

- Apresentação do Plano à equipa do Gabinete do Imigrante e Minorias Étnicas.

novembro 2017

- Nota de Imprensa;
- Publicações *Web*;
- Divulgação ao Conselho Local de Ação Social (CLASS) sobre a aprovação da candidatura.

dezembro 2017

- Apresentação do Plano a:
 - Dirigentes de Associações de Imigrantes;
 - Representantes das Juntas de Freguesia;
 - Entidades parceiras do CLASS (sessão plenária).

janeiro 2018

- Apresentação do Plano a dinamizadores/as de *focus group*;
- *Flyer* de divulgação do Plano/inscrição em *focus group*.

fevereiro 2018

- Apresentação do Plano a:
 - Plataforma de Acompanhamento e Monitorização;
 - Serviços municipais;
 - Participantes nos *focus group* realizados;
- Publicações *Web*;
- Publicação no Anuário 2017 – Setúbal (publicação CMS).

março 2018

- Apresentação do Plano a participantes nos *focus group* realizados.



4.3. Constituição da equipa de dinamizadores/as de *focus group*

Conforme previsto em candidatura, foi constituído um grupo de dinamizadores/as de *focus group* que integrou cidadãos/ãs nacionais e de comunidades imigrantes residentes no Concelho, que se traduziu numa mais-valia no processo de diagnóstico participativo. Para além daquela função específica, importa referir que se pretende que os/as dinamizadores/as venham a reassumir esse papel em momentos futuros de dinamização de ações de monitorização do Plano e/ou outras contempladas no Plano e que impliquem o recurso à metodologia de *focus group*.

A heterogeneidade do grupo foi um fator determinante para assegurar a diversidade e representatividade e, conseqüentemente, diferentes enfoques sobre as questões relacionadas com a imigração.

Para a constituição do grupo de dinamizadores/as foram considerados os seguintes critérios:

- Género – procurando-se uma composição equilibrada do grupo, no que respeita à presença/participação de homens e mulheres;
- Idade – procurando-se obter perspetivas diferenciadas face ao modo como as questões da imigração são percecionadas em função da idade;
- Nacionalidade – envolvimento do maior número possível de nacionalidades ou background sociocultural;
- “Proveniência” – procurando-se o equilíbrio entre pessoas individualmente consideradas e associados/dirigentes de associações de imigrantes.

A heterogeneidade dos/as dinamizadores/as foi, ainda, considerada como elemento facilitador na aproximação aos diferentes públicos participantes nos *focus group*.

Para o processo de identificação e mobilização de pessoas para constituir o grupo de dinamizadores/as, foi essencial o apoio de associações de imigrantes e entidades que desenvolvem ações com comunidades imigrantes, nomeadamente:

- Associação de Angolanos e Amigos de Angola (4 As);
- Associação Cabo Verdiana de Setúbal (ACVS);
- Associação de Imigrantes Romenos Mica Romanie;
- Centro Cultural Africano (CCA);
- EDINSTVO – Associação de Imigrantes dos Países de Leste;

- Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CrL. (SEIES)¹⁰.

Após o processo de cooptação enunciado, foi constituído um grupo de catorze pessoas que, abaixo, se caracteriza.

Quadro 3.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE DINAMIZADORES/AS DE *FOCUS GROUP*

Sexo	Naturalidade	Nacionalidade	Idade	Entidade sinalizadora
F	Angola	Portugal	47	4 As
F	Angola	Portugal	44	4 As
F	Portugal	Portugal	32	ACVS
F	Cabo-Verde	Portugal	30	ACVS
F	Portugal	Portugal	41	CCA
F	Portugal	Portugal	33	Cd'CA
M	Itália	Itália/Portugal	78	Cd'CA
M	Marrocos	Portugal	51	Cd'CA
F	Ucrânia	Portugal	23	Edinstvo
M	Angola	Portugal	31	Jovens Impulsionador@s
F	Ucrânia	Portugal	19	Jovens Impulsionador@s
F	Brasil	Brasil	19	Jovens Impulsionador@s
F	Roménia	Roménia	45	Mica Romanie
F	Roménia	Roménia	45	Mica Romanie

As pessoas envolvidas participaram numa ação de capacitação, dividida em três módulos (total: 30 horas), dinamizados pela empresa de formação e consultoria XNC *Experienciar*, com os seguintes objetivos:

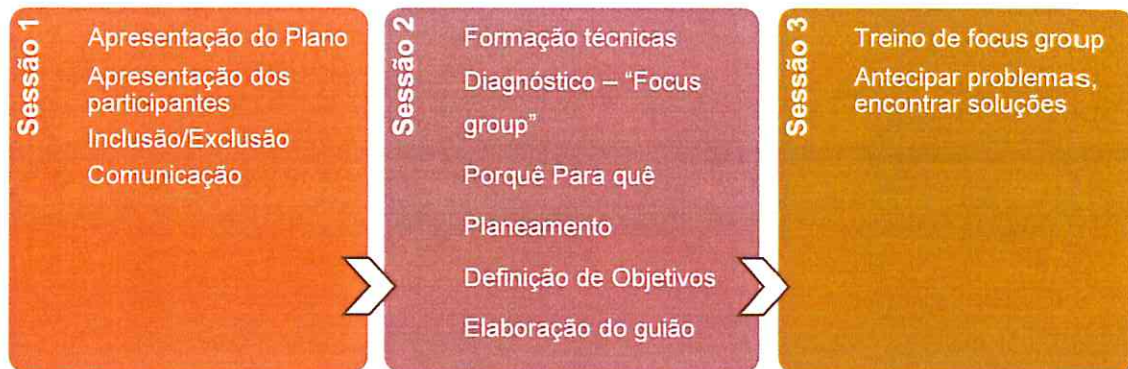
- Dotar de conhecimentos, sobre técnicas de diagnóstico, nomeadamente na preparação, condução e análise da informação de focus group;
- Sensibilizar os/as dinamizadores/as para o seu papel na elaboração de diagnóstico;
- Partilhar e reforçar conhecimentos no âmbito das políticas de integração de migrantes;
- Promover competências comunicacionais, na gestão relacional;
- Identificar os fatores determinantes na gestão de grupos;

¹⁰ Através do projeto *Jovens Impulsionador@s de Direitos Humanos e Igualdade* e da resposta Cd'CA – Centro de Cidadania Ativa.

- Desenvolver estratégias de gestão emocional face aos desafios que se levantam ao trabalhar com grupos.

Quadro 4.

PROGRAMA DAS SESSÕES DE CAPACITAÇÃO - DINAMIZAÇÃO DE *FOCUS GROUP*



Fonte: XNC-Experienciar – Consultoria e Formação

O grupo de dinamizadores/as colaborou nos seguintes processos:

- Reflexão sobre potencialidades e constrangimentos inerentes à condição imigrante (constituiu-se como *focus group* experimental);
- Definição de critérios para constituição dos *focus group*;
- Definição dos guiões de trabalho para condução de *focus group*;
- Redefinição/adequação de apresentação (*Powerpoint*) do Plano a utilizar nos *focus group*.

Em seguida apresenta-se as expetativas sobre as sessões de capacitação em dinamização de *focus group*, enunciadas pelas pessoas participantes.

- “- *Tirar peso dos ombros.*”
- “- *Como integrar?*”
- “- *Quando cheguei a Portugal disseram-me: “- Não penses o que Portugal pode fazer por ti. Pensa no que podes fazer por Portugal.” Agora quer fazer pelos outros o que recebeu.*”
- “- *Ser uma mais-valia.*”
- “- *Aprendizagem. Como é que jovens integrados (con)vivem com as suas famílias, que não estão integradas?*”
- “- *Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.*”

- “- Observar o máximo possível.”
- “- Formação é mais-valia para o trabalho.”

CRITÉRIOS PARA CONSTITUIÇÃO DOS FOCUS GROUP IMIGRANTES

Considerando que as pessoas participantes nas sessões iriam desempenhar o papel de dinamizadores/as de *focus group* e assumindo o processo participativo como premissa de base, foi-lhes solicitada a colaboração na reflexão sobre aspetos relacionados com constituição dos grupos de discussão.

Na reflexão/auscultação, o critério que mais se destacou teve a ver com a heterogeneidade dos grupos, ou seja, que os mesmos deveriam integrar pessoas de diferentes nacionalidades, permitindo cruzar informação sobre eventuais diferenciações decorrentes desse aspeto.

A importância daquele critério, foi justificado por dois fatores: 1. Por algumas pessoas (especialmente imigrantes de países de Leste) se sentirem pouco à vontade para reconhecer algumas dificuldades perante os “seus”. 2. Por considerar-se positivo/importante que as pessoas constatem que os problemas são comuns independentemente da nacionalidade.

Houve, contudo, uma questão colocada e um risco que foi considerado: se a constituição de um grupo diferenciado não acarretaria alguns constrangimentos, ou seja, se diferentes idades, habilitações literárias, etc. não poderia ser fator inibidor de algumas pessoas, face a outras.

GUIÃO DE CONDUÇÃO DE FOCUS GROUP

Abaixo, apresenta-se o guião de condução de *focus group* construído em conjunto com as pessoas que frequentaram as sessões de capacitação, enunciando, quer a sequência das questões, quer os aspetos considerados relevantes aferir junto dos/as participantes.

1. Fase inicial – perguntas de identificação (nome | idade | nacionalidade | «*Há quantos anos reside em Portugal?*»).
2. «*O que é, para si, “ser imigrante”?*»
3. «*O que é que, no vosso dia-a-dia, vos preocupa, enquanto imigrantes?*» – Esta questão destina-se a direcionar as intervenções para as diferentes áreas do Plano.
4. «*Que respostas e serviços conhecem? E como “sentem” essas respostas?*»
5. «*O que significa ser imigrante em Setúbal?*» – Questão que remete para o “Local”

6. «Que contributos trás a comunidade imigrante para a comunidade de acolhimento? Como contribuí para a sociedade de acolhimento?»
7. Linha do Tempo – associar situações identificadas pelas pessoas, pedindo uma comparação sobre “situações à chegada a Portugal/Setúbal” e ao fim de “x” tempo decorrido.
8. Momento de devolução/síntese às pessoas presentes do resultado/principais conclusões/reflexões do *focus group*.

Role Playing

No âmbito das sessões foi realizado um exercício de *role playing*, permitindo por em prática alguns conteúdos apreendidos. Assim, enquanto um/a dos/as formandos/as desempenhava o papel de dinamizador/a de *focus group*, os/as restantes contribuíam com reflexões pessoais. Ainda que se tratasse de uma simulação, as reflexões foram efetivamente reais e, nesse sentido, serviram para aferir diversos aspetos concretos que devem ser considerados para efeito de diagnóstico. Nesse sentido, aquele exercício prático de *role playing* constituiu-se, efetivamente, como o primeiro *focus group* do Plano e as reflexões ali realizadas serão consideradas no presente documento e enquadradas nas respetivas áreas.

4.4. Realização de *Focus Group*

No processo de recolha de informação para o diagnóstico, foram realizados diversos *focus group* direcionados a cidadãos/ãs imigrantes e da sociedade de acolhimento (espaço social), técnicos/as das instituições que intervêm no território (espaço técnico).

Ficou em falta a auscultação, em *focus group*, de dirigentes e decisores/as políticos/as (espaço institucional), ainda que se tenha registado a presença de dirigentes em *focus group* técnicos e se tenha realizado reuniões bilaterais com entidades, nomeadamente, o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal (CDSSS), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e a Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, Crl. (SEIES), consideradas fundamentais para a prossecução de algumas medidas consideradas a partir do levantamento de necessidades efetuado nos *focus group* e da análise de dados obtidos.



4.4.1. Focus Group Espaço Social

Para realizar os *focus group* com comunidades imigrantes, foi fundamental o apoio das associações de imigrantes e das entidades que trabalham/intervêm com aquela população, para a divulgação das ações e mobilização de pessoas imigrantes.

Destaca-se, assim, a colaboração e envolvimento das seguintes entidades:

- Associação de Angolanos e Amigos de Angola (4 As);
- Associação Cabo Verdiana de Setúbal (ACVS);
- Associação Cultural Busuioc dos Cidadãos Moldavos da Península de Setúbal;
- Associação de Imigrantes Romenos Mica Romanie;
- EDINSTVO – Associação de Imigrantes dos Países de Leste
- Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CrI (SEIES) – através da resposta Cd'CA – Centro de Cidadania Activa¹¹.

Foram realizados sete *focus group* de espaço social (seis com pessoas imigrantes, individualmente consideradas e um *focus group* com dirigentes de associações de imigrantes). Foram auscultadas 54 pessoas (33 do sexo feminino e 14 do sexo masculino) com as seguintes nacionalidades

Quadro 5.

Nacionalidades	N.º de pessoas
Angolana	7
Brasileira	3
Cabo Verdiana	2
Guineense	2
Italiana	1
Moldava	2
Portuguesa	10
Romena	13
Russa	2
Santomense	1
Senegalesa	1
Sérvia	1
Ucraniana	9

¹¹ O Centro de Cidadania Activa (Cd'CA), surge no âmbito do Projeto TRILHOS, financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL. Em 2004, foi assinado entre a Câmara Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Setúbal, o Instituto das Comunidades Educativas, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social e a SEIES um Protocolo de Funcionamento em Parceria daquele centro (<http://www.cooperativaseies.org/>)

4.4.2. Focus group Espaço Técnico

Foram realizados cinco *focus group* com os recursos humanos técnicos, dinamizados pela empresa XNC, coadjuvada pela equipa técnica municipal afeta ao Plano.

Estrategicamente, estes *focus group* foram realizados após os que envolveram pessoas imigrantes, permitindo devolver aos/às técnicos/as as reflexões e as dificuldades/potencialidades identificadas, quer na relação com os serviços, quer com as respostas/recursos existentes no território.

Nesse sentido, foram identificadas previamente diversas entidades-chave (e/ou respetivos serviços) que, pela sua génese estão vocacionadas para as áreas consideradas e/ou entidades que desenvolvem ações concretas com elas relacionadas.

A metodologia utilizada para dinamização dos *focus group* técnicos incluiu a devolução das principais reflexões decorrentes dos *focus group* com pessoas imigrantes, servindo de momento enquadrador e dando o mote para a reflexão técnica pretendida.

Decorrendo de aspetos funcionais, optou-se por agrupar algumas áreas (ver quadro, abaixo) em que se estabeleceu relações de interdependência mais direta. Acrescenta-se, ainda, que os *focus group* técnicos realizados foram subordinados às áreas sobre as quais incidiram as reflexões ou que foram valorizadas pelas pessoas imigrantes.

Quadro 6.

Data	Áreas	Entidades presentes	N.º pessoas
02/mar	Cultura Cidadania e Participação Cidadã	Associação Festival de Música de Setúbal	5
		Câmara Municipal de Setúbal Divisão de Cultura	
		Câmara Municipal de Setúbal Serviço Municipal de Bibliotecas e Museus	
		Projeto Jovens Impulsionador@s - SEIES	
		Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CrI	
	Solidariedade e Resposta Habitação e Urbanismo	Câmara Municipal de Setúbal Divisão de Inclusão Social	11
		Câmara Municipal de Setúbal Serviço Municipal de Habitação	
		Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal	
		Centro Social e Paroquial de São Sebastião	
		Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CrI	
		Centro de Cidadania Activa - voluntárias	3

h

	Educação e Língua Capacitação e Formação	Instituto do Emprego e Formação Profissional - Setúbal	
28/fev	Saúde	Agrupamento dos Centros de Saúde da Arrábida	4
		Associação dos Angolanos e Amigos de Angola	
		Centro Hospitalar de Setúbal Serviço Social	
	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo Serviços e Acolhimento e Integração	Associação dos Angolanos e Amigos de Angola	5
		Câmara Municipal de Setúbal Divisão de Inclusão Social Gabinete do Imigrante e das Minorias Étnicas SEI	
		Instituto do Emprego e Formação Profissional - Setúbal	
		Projeto Jovens Impulsionador@s - SEIES	

As principais dificuldades inerentes à realização destes *focus group* foram as seguintes:

- Envolvimento/presença de entidades convidadas a participar
- Impossibilidade de presença dos/as dinamizadores/as por incompatibilidade de disponibilidade de horários com os dos/as técnicos/as dos serviços.

4.5. Inquérito a Pessoas Imigrantes

A par das restantes fontes de recolha de informação para realização do diagnóstico, foi elaborado um questionário¹² destinado a recolher informação sobre a perceção e/ou conhecimento que os/as inquiridos/as têm sobre as respostas existentes no concelho e sobre as dificuldades sentidas enquanto imigrantes

Para o efeito, foi aplicado um total de 67 questionários (40 foram aplicados às pessoas que procuravam o SEI – Setúbal, Etnias e Imigração; 18 foram aplicados pela EDINSTVO – Associação de Imigrantes do Leste Europeu e nove pela Associação Cabo-verdiana de Setúbal).

Foram inquiridos, no total, 39 mulheres e 28 homens e no que respeita às idades, destaca-se a faixa etária compreendida entre os 27 e os 32 anos.

¹² Ver, em anexo

Quadro 7.

Faixas etárias	N.º de inquiridos/as
≤ 20 anos	2
21 - 26 anos	6
27 - 32 anos	18
33 - 38 anos	11
39 - 44 anos	11
45 - 50 anos	7
≥ 51 anos	9

Fonte: Questionário CMS|DISOC

Quadro 8.

Naturalidade	Frequência
Brasil	31
Angola	6
Cabo Verde	5
Guiné Equatorial	1
Moçambique	2
Moldávia	3
Rússia	1
Ucrânia	15
São Tome e Príncipe	2
Guiné-Bissau	1

Fonte: Questionário CMS|DISOC

A maioria das pessoas inquiridas são naturais do Brasil e da Ucrânia, seguidos pela Angola e Cabo Verde.

Quadro 9.

Nacionalidade	Frequência
Angolana	6
Brasileira	30
Ucraniana	9
Moldava	2
Portuguesa	9
Moçambicana	2
Cabo Verdiana	5
Guineense	2
Russa	2

Fonte: Questionário CMS|DISOC

A maioria das pessoas inquiridas tem nacionalidade brasileira, seguindo-se a ucraniana e portuguesa. Nove das pessoas inquiridas já obteve nacionalidade portuguesa.

Quando questionados/as sobre o tempo de permanência em Portugal, constatou-se que a maioria dos/as inquiridos veio diretamente residir para o concelho de Setúbal e essa opção deve-se a diferentes motivos que, abaixo, se apresentam.

Gráfico 5.

QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PELOS QUAIS VEIO PARA SETÚBAL?
Frequência



Fonte: Questionário CMS|DISOC

Dos vários motivos apresentados, destaca-se os que estão relacionados com o trabalho/emprego (30 respostas) e reunião a familiares (27 respostas).



5. Diagnóstico Local

5.1. População estrangeira residente no Concelho – dados sociodemográficos

De acordo com o “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2016”, produzido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a população estrangeira residente em Portugal, a 31 de dezembro de 2011, totalizava 436.822 cidadãos (“stock provisório”), representando um decréscimo do “stock” da população residente de -2%, face ao ano de 2010.

«Em 2016 assistimos à inversão da tendência de decréscimo da população estrangeira residente, que se verificava desde 2010, com um aumento de 2,3% face a 2015, totalizando 397.731 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência. Confirmou-se, igualmente, o aumento na concessão de novos títulos de residência, o que indicia um retomar da atratividade de Portugal como destino de imigração (acrécimo de 24,0%, totalizando 46.921 novos residentes).

Também no que se refere à prevenção da imigração ilegal, os resultados indicaram a deteção de mais cidadãos estrangeiros em situação irregular.»¹³

O relatório produzido pelo SEF refere, ainda, que «a nível nacional, análise da evolução da população estrangeira em Portugal implica a consideração de diversos aspetos, nomeadamente a evolução legislativa ocorrida nos últimos anos e respetivos impactos no quantitativo de residentes legais, o facto de Portugal ser um país de “regime misto” de migrações ao ser simultaneamente recetor e emissor de migrantes.»¹⁴ e são identificados elementos que permitem a caracterização da população estrangeira residente em Portugal relativos a 2016.

¹³ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2016*, p. 9

¹⁴ Idem, p. 10

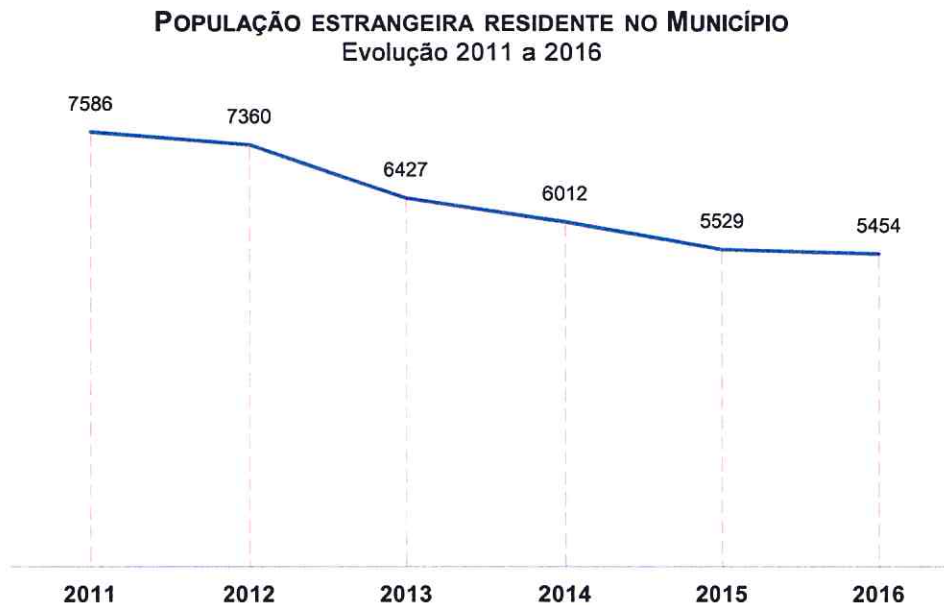


Aqui destacamos os seguintes:

- Manutenção da nacionalidade brasileira como principal comunidade estrangeira residente, apesar da redução verificada face ao ano anterior (2015).
- Por outro lado, há a considerar as aquisições de nacionalidade portuguesa, por parte de cidadãos extracomunitários, fator a ter em conta para a diminuição e alteração da estrutura das principais nacionalidades residentes em território nacional;
- Perceção de Portugal como país seguro, e as vantagens fiscais decorrentes do regime para o residente não habitual, constituem-se como principais fatores explicativos para o aumento registado.

Sobre a distribuição geográfica da população estrangeira residente, o "Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2016" regista uma maior incidência no litoral, «sendo que cerca de 68,6% está registada nos distritos de Lisboa (173.118), Faro (63.481) e **Setúbal (36.175)**, totalizando 272.774 (face a 268.761 em 2015).» Os valores respeitantes ao distrito de Setúbal traduzem um decréscimo de 2,2% da população estrangeira residente, relativamente ao ano 2015.

Gráfico 6.



Fonte: SEF|SEFSTAT – Portal de Estatística



Quadro 10.
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE
 Ano 2016

Nacionalidade	Total	TR	VLD	Homens	Mulheres
Total Nacional	397.731	392.969	4.762	192.801	204.930
Total Distrito	36.175	36.008	167	16.736	19.439
Total Concelho	5.454	5.287	167	2.605	2.849

Legenda: TR: Título de Residência | VLD: Visto de Longa Duração

Fonte: SEF|SEFSTAT – Portal de Estatística [<http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>]

A fim de se poder estabelecer uma análise comparativa, apresenta-se dados referentes aos anos 2011 (ano a que reportam os últimos Censos à população) e aos anos 2015 e 2016 (dados do INE e PORDATA) cruzando-os com dados do SEF, referentes à população estrangeira residente no concelho de Setúbal. Como se pode observar, em termos evolutivos, há um decréscimo de pessoas estrangeiras residentes no concelho. Em 2011 a população equivalia a 6,2% do total da população e em 2015 ronda os 4,6% (equivalendo a menos 2.057 pessoas), mantendo essa tendência no ano 2016 (ainda que se registre uma diminuição de 75 pessoas estrangeiras).

O decréscimo registado poderá decorrer de atribuições de nacionalidade portuguesa, conforme fator explicativo referenciado pelo SEF.

No ano 2016, no concelho de Setúbal, foram concedidos títulos de residência a 352 pessoas estrangeiras (Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa 2016, p.55).

No que refere à população estrangeira residente concelho de Setúbal, apresenta-se a sua distribuição geográfica por freguesia, constante no *Diagnóstico do Contexto Social - Dados Preliminares do Concelho de Setúbal - MISP Setúbal* (fevereiro de 2013), a partir de dados dos Censos 2011.

Quadro 11.

**NACIONALIDADES MAIS REPRESENTATIVAS DA POPULAÇÃO IMIGRANTE POR
 FREGUESIA**

Freguesia	População residente (N.º)		% Estrangeiros/as face a total da população	Países de origem mais significativos			
	Total	Estrangeira					
N.ª Sra. da Anunciada	13.738	610	4,4	Brasil	Angola	Cabo Verde	China
				311	48	37	29
Sta. Maria da Graça	7.620	752	10	Brasil	Angola	China	Roménia
				467	53	50	19
São Julião	16.740	835	5	Brasil	Angola	China	Roménia
				496	35	30	28
São Lourenço	11.638	365	3	Brasil	Cabo Verde	Roménia	Angola
				73	31	20	13
São Sebastião	52.542	3.196	6	Brasil	Cabo Verde	Angola	Roménia
				1.492	454	380	125
São Simão	7.239	149	2	Brasil	Roménia	Cabo Verde	Angola
				30	18	13	7
Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra	5.885	120	2	Brasil	Guiné-Bissau	Angola	Cabo Verde
				44	19	10	9
Sado	5.783	234	4	Roménia	Brasil	Bulgária	
				146	50	11	

Fonte: Diagnóstico do Contexto Social - Dados Preliminares do Concelho de Setúbal - MISP Setúbal, fevereiro de 2013

A partir dos dados apresentados, constata-se que a freguesia de São Sebastião é a aquela em registava um maior número de imigrantes residentes (3.196 pessoas) ainda que, proporcionalmente ao total da população residente, seja a zona correspondente à freguesia de Santa Maria da Graça que apresenta o valor mais elevado (equivalendo a 10%), remetendo a freguesia de São Sebastião para segundo lugar, onde a população estrangeira corresponde a 6% do total da população residente.

Não obstante a redução dos seus valores totais, no que respeita a países de origem regista-se uma clara predominância de pessoas oriundas do Brasil, correspondendo à tendência verificada, quer a nível nacional, quer ao nível da Área Metropolitana de Lisboa (AML), mantendo-se essa tendência, quando comparados os quadros e anos em análise.

Quadro 12.

PAÍSES DE ORIGEM COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE NA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL

País de origem	N.º de pessoas		
	Setúbal	Portugal	AML
Brasil	1.726	79.569	40.084
Roménia	588	30.429	12.406
Cabo Verde	573	36.193	29.305
Ucrânia	487	34.428	10.375
Angola	371	16.816	12.346
China	276	21.953	11.063
Moldávia	188	6.113	2.582
Guiné Bissau	70	15.306	12.910
São Tomé e Príncipe	30	8.840	7.325

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, in *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa 2016*, p.56.

Gráfico 7.

**POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE
 MUNICÍPIO DE SETÚBAL 2014 - 2016**
 N.º TOTAL PESSOAS P/ANO



Fonte: SEF|SEFSTAT – Portal de Estatística

A população estrangeira com estatuto legal de residente¹⁵ no concelho de Setúbal apresenta uma diminuição no período compreendido entre os anos 2014 e 2016. Em termos percentuais, em 2014 correspondia a 4,9% da população residente no município e nos anos 2015 e 2016 correspondia a 4,5%.

Relativamente ao total nacional, a população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho regista-se, no ano 2016, corresponde a 1,3% do total nacional e a 2,6% do total da Área Metropolitana de Lisboa.

Quadro 13.

**POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE
 ano 2016**

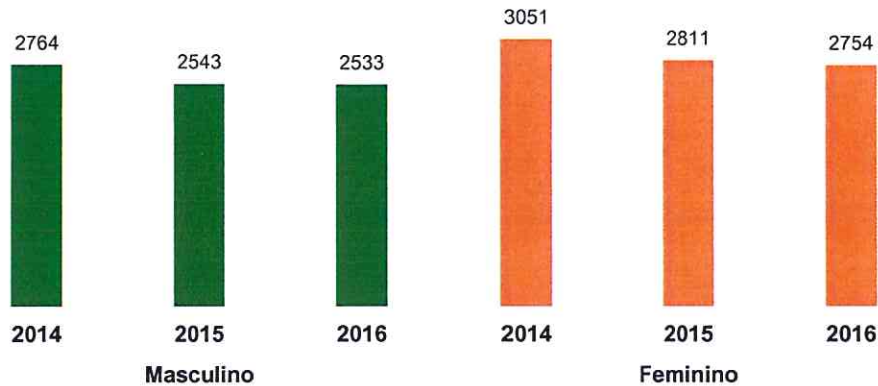
N.º de pessoas		
Setúbal	Portugal	AML
5 287	392 969	197 199

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, in *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa 2016*, p.56.

¹⁵ A população estrangeira com estatuto de residente compreende exclusivamente as pessoas de nacionalidade estrangeira detentoras de título de residência válido. Considera-se o conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

Gráfico 8.

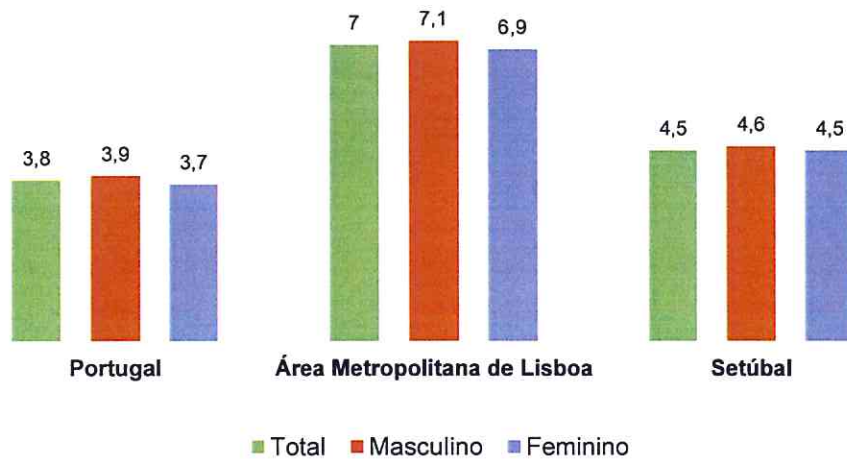
**POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE NO
 MUNICÍPIO DE SETÚBAL 2014 - 2016**
 N.º P/ ANO E POR SEXO



Fonte: PORDATA | Fontes de Dados: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

Gráfico 8.

**POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE
 RESIDENTE EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE - ANO 2016**
 Total e por Sexo



Fonte: PORDATA | Fontes de Dados: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

No que se refere à distribuição por sexo, a população estrangeira com estatuto legal de residente no município de Setúbal, no ano 2016, não apresenta uma variação significativa ainda que, naquele ano se registre um maior número de pessoas do sexo masculino (ano 2014 registava-se 4,9% de homens e de mulheres; ano 2015 registava-se 4,5% de homens e de mulheres).

Os valores registados no município de Setúbal seguem a tendência nacional e da Área Metropolitana de Lisboa, no que respeita à distribuição por sexo, mas supera os valores nacionais no que respeita à relação com a percentagem da população residente.

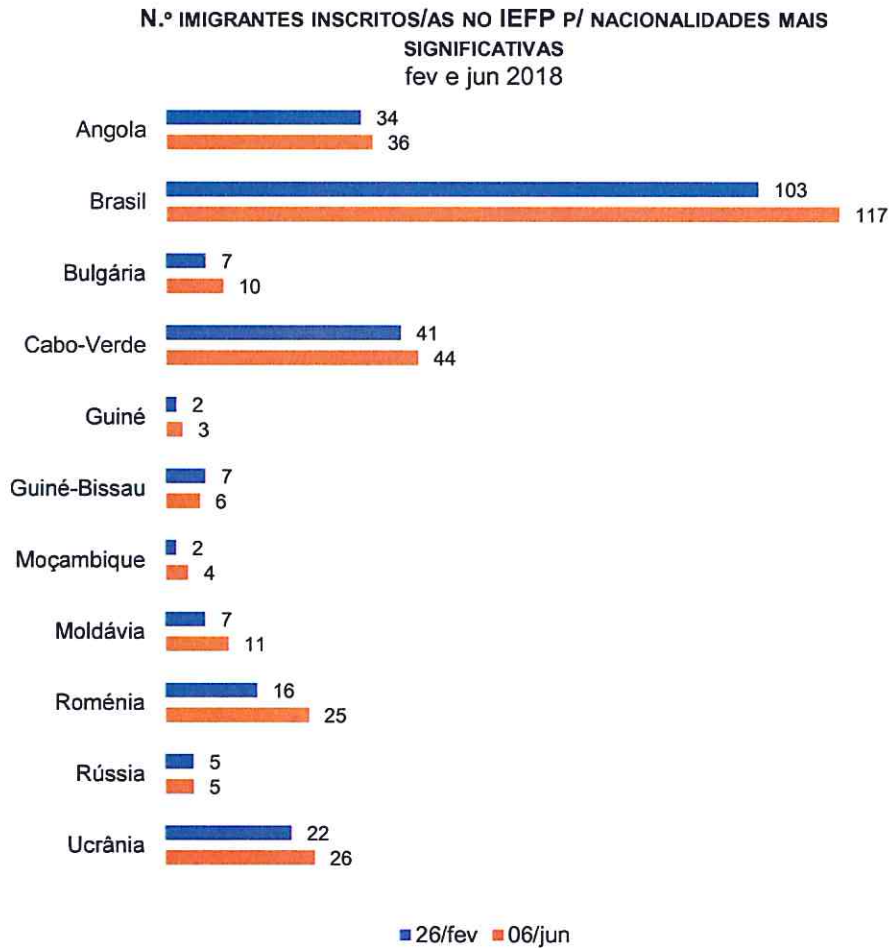
Quadro 14.

	Ano 2018	
	26 fev	06 jun
Total de desempregados/as inscritos/as	6 622	5 546
Total de imigrantes inscritos/as	357	338

Fonte: IEFP Setúbal

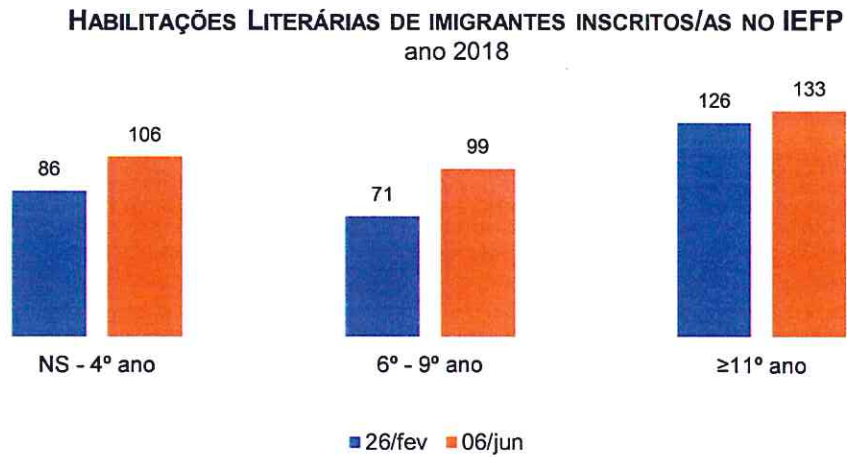


Gráfico 10.



Fonte: IEFP Setúbal

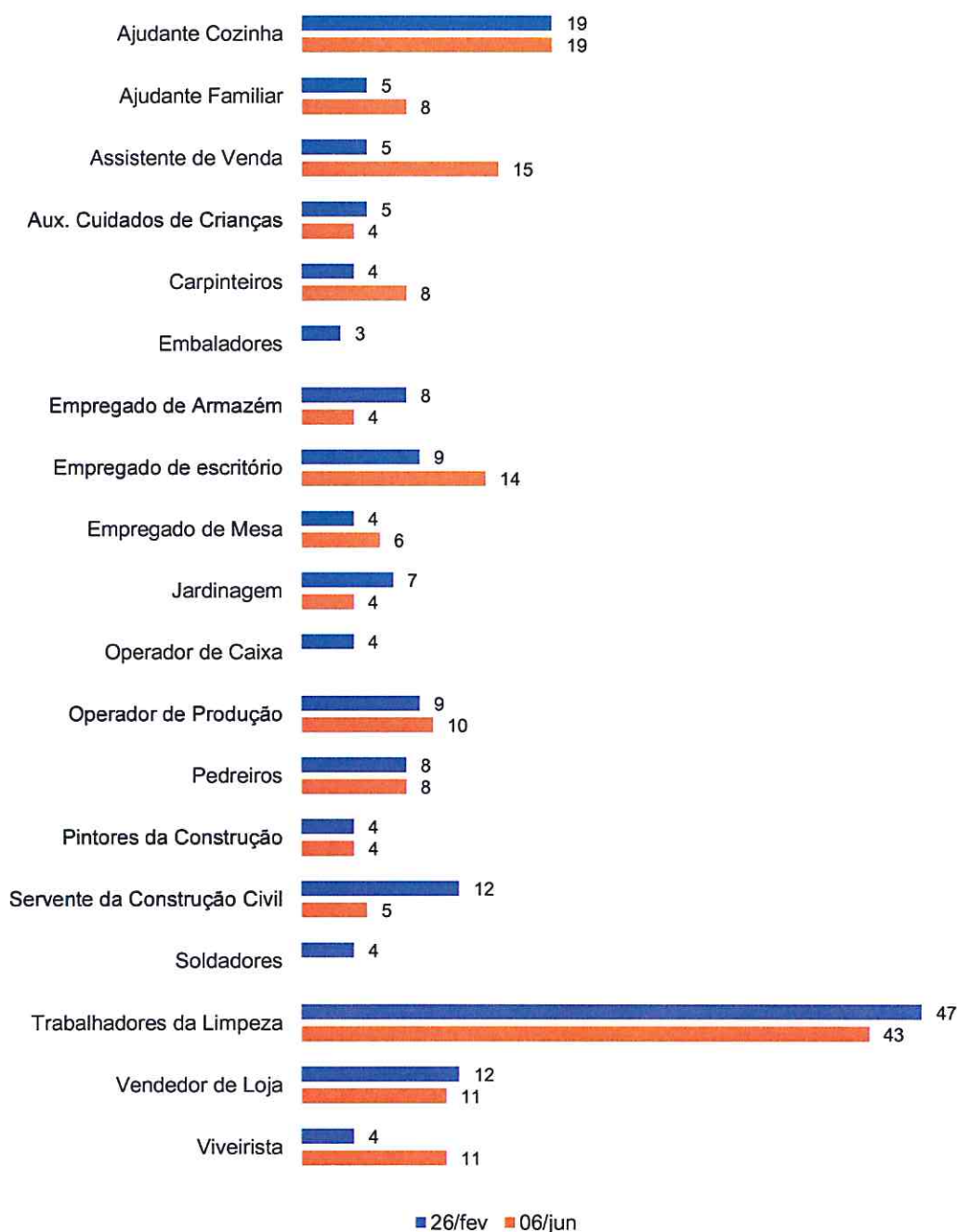
Gráfico 11.



Fonte: IEFP Setúbal

Gráfico 12.

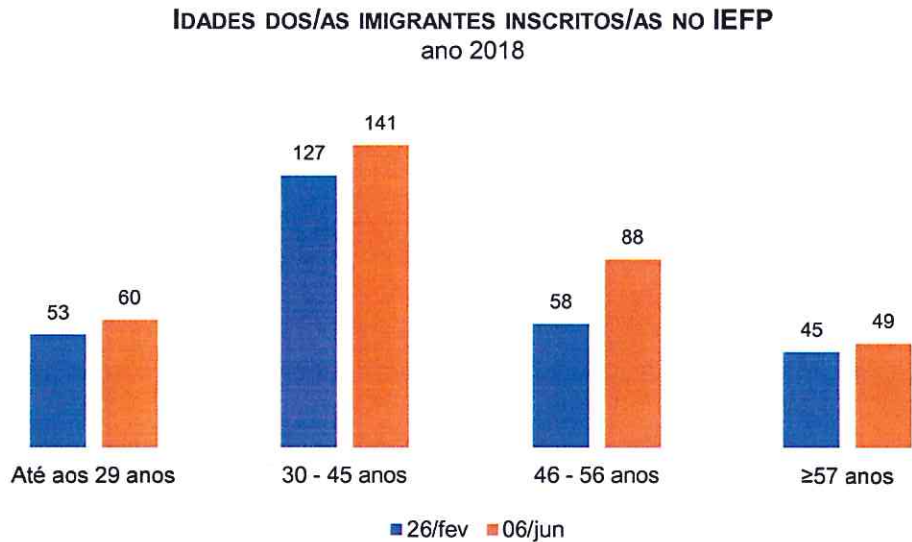
**IMIGRANTES INSCRITOS/AS NO IEFP P/ PROFISSÃO
 2018**



Fonte: IEFP Setúbal



Gráfico 13.



Fonte: IEFP Setúbal

5.2. Identificação dos problemas e necessidades por área

Conforme referido anteriormente (ver, subcapítulo dedicado aos *focus group* de recursos humanos técnicos), apesar de terem sido apresentadas e colocadas à análise/reflexão na sua totalidade, nem todas as áreas foram valorizadas ou consideradas como áreas a carecer de intervenção, por parte das pessoas imigrantes, nomeadamente, *Religião e Relações Internacionais*

Nesse sentido, não tendo sido considerado como áreas prioritárias pelas pessoas auscultadas não foram considerados *focus group* técnicos nem definidas medidas específicas naquelas duas áreas.

Em seguida, serão apresentados dados obtidos a partir dos diferentes meios de recolha de informação e resultados decorrentes dos *focus group* (social e técnico) e dos questionários aplicados.



5.2.1. Serviços de Acolhimento e Integração

Nesta área, os dados obtidos no diagnóstico, vão ao encontro da experiência acumulada da Câmara Municipal, através do funcionamento do GIME/SEI – Setúbal, Etnias e Imigração.

Além das comunidades migrantes já estabilizadas no território, nos últimos anos, assistimos à vinda (e muitas vezes ao regresso) de cidadãos de nacionalidade brasileira, bem como, sobretudo nos dois últimos anos, da chegada de cidadãos de países asiáticos, sobretudo do Nepal, e também de cidadãos oriundos da Guiné-Bissau.

Quadro 15.

UTENTES SEI P/ NACIONALIDADE

Anos 2013 a 2017

Nacionalidade	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
Brasileira	321	245	264	385	694
Ucraniana	164	127	157	148	185
Angolana	25	43	77	44	112
Caboverdiana	20	23	57	58	59
Moldava	46	45	54	51	61
Russa	46	31	22	30	23
Nepalesa	-----	-----	-----	-----	21
Guineense	-----	-----	-----	20	35
Outros	67	83	143	163	200
NS/NR	-----	-----	8	7	26
Total p/ ano	689	597	782	906	1416

Fonte: CMS|DISOC|GIME

Embora os dados do SEF mostrem uma diminuição da população imigrante residente em Setúbal (esta contabilização não abrange pessoas em situação ilegal nem em processo de regularização), o número de atendimentos e de novos casos de pessoas que se dirigem ao SEI tem vindo a aumentar.



Gráfico 14.

TOTAL ATENDIMENTOS SEI anos 2013 a 2017



Fonte: CMS|DISOC|GIME

Gráfico 15.

NOVOS UTENTES P/ ANO 2013 - 2017



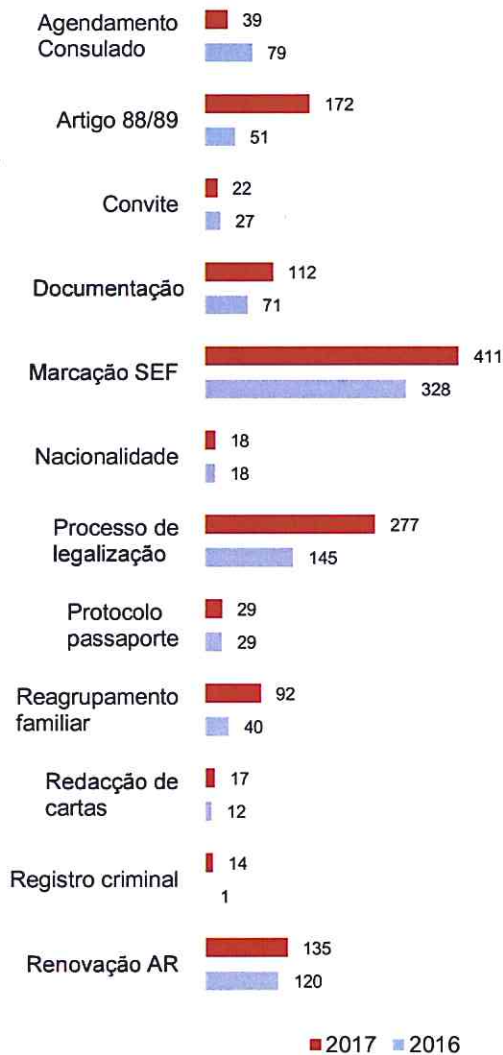
Fonte: CMS|DISOC|GIME



Se observarmos os atendimentos do SEI por principais tipologias, constatamos que o próprio processo de regularização e as marcações para o SEF são os assuntos mais abordados nos atendimentos. Também no inquérito aplicado é notória a presença de migrantes recém-chegados ao nosso território. Esta informação reforça a importância de implementar medidas que contemplem tanto os/as migrantes recém-chegados/as, quanto as comunidades que já se encontram estabelecidas no território.

Gráfico 16.

**ATENDIMENTOS SEI P/ PRINCIPAIS TIPOLOGIAS
 anos 2016 e 2017**



Fonte: CMS|DISOC|GIME



Torna-se necessário afirmar que a qualidade dos serviços de acolhimento e integração está diretamente ligada, em primeiro lugar, à capacidade que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem, ou não, de responder eficazmente aos processos que aí dão entrada. No nosso território, o SEF continua sem ter as instalações ou os recursos humanos necessários para fazer face à afluência de pessoas a esse serviço. Esta situação acarreta algumas consequências importantes, nomeadamente no tempo de espera para obtenção de documentação, bem como a necessidade, por parte de outros serviços e técnicos/as assumirem, à parte das suas vocações/missões institucionais, outras tarefas e funções para que possam desbloquear questões de documentação de quem os procura.

Neste cenário, e tendo em conta que lidamos ao mesmo tempo com pessoas com necessidades urgentes e com processos burocráticos complexos e morosos, a comunicação e a articulação entre os técnicos e os serviços assume ainda maior importância, tendo sido citada por vários técnicos que participaram no *focus group* como uma necessidade premente:

- “- Há falha/falta de comunicação entre serviços.”
- “- É difícil articular com alguns serviços e entidades.”
- “- Não existe um fio condutor que esclareça e defina todas as etapas.”
- “- Falta partilha de informação.”
- “- Os diferentes serviços deveriam ter um conhecimento global uns dos outros para que saibam encaminhar as pessoas.”

Verificamos que, apesar dos esforços levados a cabo nos últimos anos no que diz respeito ao trabalho em rede, permanecem questões colocadas pelos técnicos e que se prendem com a falta de conhecimento sobre as respetivas entidades/serviços, as suas funções e os recursos.

Assim, surgem como bastante evidentes duas necessidades nesta área:

- Melhorar a relação entre os serviços;
- Melhorar o acesso e os canais de comunicação/informação entre as entidades e os serviços e desses com a população.

Quanto imigrantes às pessoas imigrantes, os dados recolhidos quer no inquérito, quer no *focus groups*, evidenciam que, embora seja reconhecido o esforço de acolhimento e integração, sobretudo no que diz respeito ao enquadramento legislativo, a maioria

encontra-se descontente com a morosidade e complexidade dos processos, assim como o atendimento nos serviços públicos.

- “- Portugal tem a melhor legislação da Europa e a pior execução.”
- “- É preciso mudar a mentalidade dos serviços.”

Gráfico 17.

EM QUE SITUAÇÕES SENTE OU SENTIU MAIOR DISCRIMINAÇÃO?

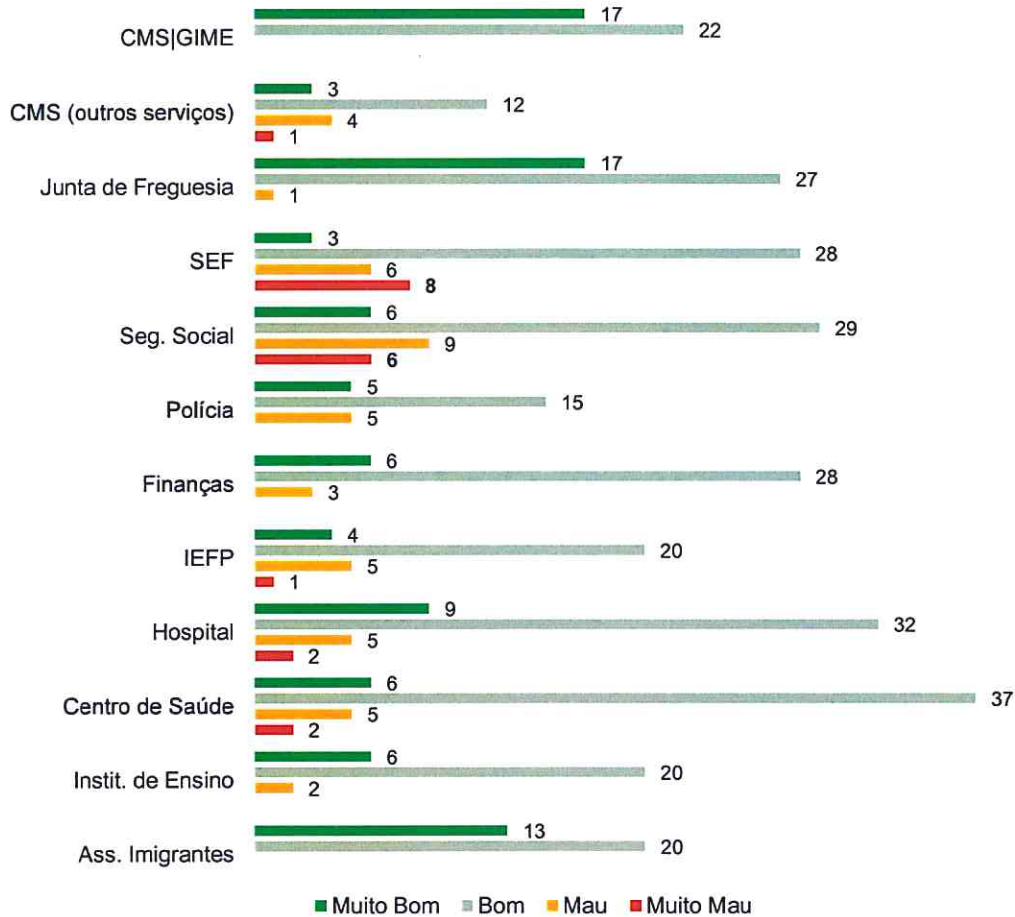


Fonte: Questionário CMS|DISOC



Gráfico 18.

COMO AVALIA OS SERVIÇOS PRESTADOS?



Fonte: Questionário CMS|DISOC

Na perspetiva da melhoria contínua dos serviços surge também a necessidade de capacitar os funcionários para que possam responder adequadamente às necessidades dos utentes migrantes. Desenvolver competências interculturais e combater estereótipos, mas também, dotar os funcionários dos serviços de informação e de conhecimento que possa facilitar a sua interação com a população migrante (por exemplo, a divulgação do serviço de tradução telefónica do ACM como ferramenta, entre outros).

- “- Os serviços de integração deviam ter um intérprete.”
- “- A primeira dificuldade é a língua.”



A capacitação tem sido desenvolvida sobretudo ao nível técnico, sentindo-se como urgente a capacitação de funcionários/as que têm contato direto com o público (*frontdesk*). Esta necessidade foi identificada a três níveis diferentes: pela população-alvo (migrantes), pelos técnicos/as e pelos/as dirigentes de entidades e dos serviços. Esta questão é evidenciada nos exemplos seguintes.

No *focus group* dedicado à área Educação e Língua, quando questionado sobre se os funcionários do IEFP estão sensibilizados para a “questão imigrante”, o diretor daquele serviço admitiu que “- *De um modo geral, não.*” ainda que no IEFP, acrescentou, existam gabinetes de apoio protocolados com o ACM, IP e que possuem uma maior sensibilidade para aquele aspeto. Reconhecendo que existe ainda “*falta de formação sobre a área da imigração*”.

No *focus group* dedicado às áreas Solidariedade e Resposta Social e Habitação e Urbanismo, as técnicas do Centro Distrital da Segurança Social referiram que “- *É necessária formação para técnicos nomeadamente ao nível das competências interculturais e diversidade cultural.*” Referiram, ainda que “- *Recebemos solicitações diárias de informação do front office.*”

Nos *focus group* realizados com pessoas imigrantes, sobre a relação direta com serviços foram apresentadas diversas dificuldades:

- “- *Complicam tudo, para um documento simples pedem tudo e mais alguma coisa.*”
- “- *Falta consciência, às pessoas que trabalham nos serviços, das dificuldades que atravessamos. Não têm sensibilidade. Todos os serviços têm que ter noção...e formação.*”
- “- *Não facilitam.*”
- “- *Temos que insistir, se não insistirmos não conseguimos resolver os nossos problemas.*”
- “- *Conseguimos ajuda, mas é a mendigar, temos que nos sujeitar...*”
- “- *O SEF trata as pessoas como números e não como pessoas.*”
- “- *Falta formação para os funcionários do SEF.*”

Também os/as dirigentes associativos/as identificam dificuldades na relação direta com os serviços

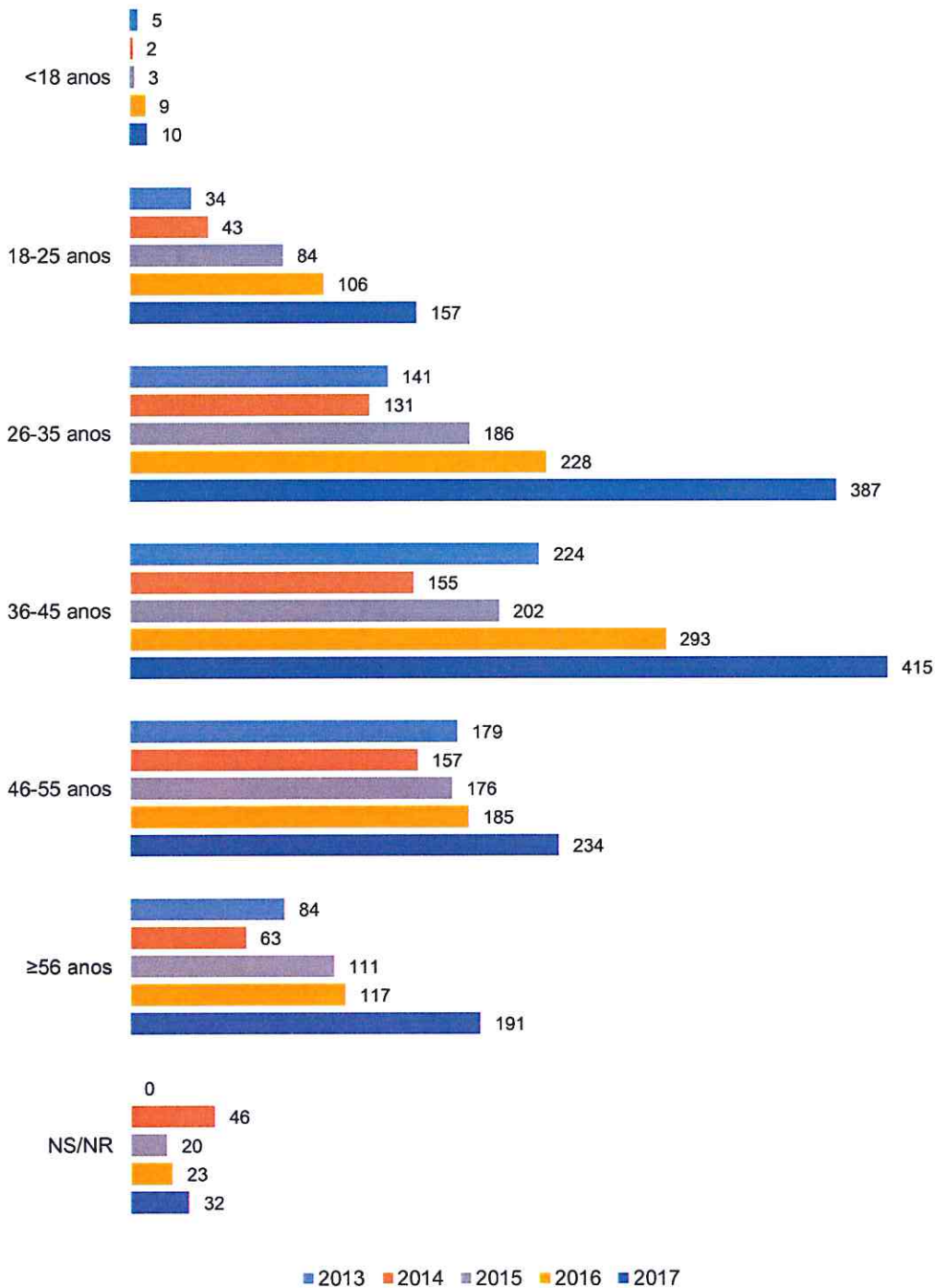
- “- *Quando vemos ao SEF ou à Segurança Social com a lei na mão somos acusados de arrogância.*”

- “- Não se olha a pessoas, olha-se ao papel que tem na mão. A pessoa não é tratada com respeito, perde a sua dignidade. Mesmo o tratamento da polícia é diferente porque não tem documentos.”
- “- Há uma falta de paciência dos técnicos com a população, em geral, e com os imigrantes, em especial.”
- “- Muitos técnicos dizem às pessoas imigrantes: - Se queres melhor, vai para a tua terra!”

De um modo geral, relativamente aos serviços, os/as dirigentes associativos/as consideraram que há muita falta de informação/desinformação (na medida em que as informações prestadas pelos serviços nunca são iguais); há falta de sensibilidade e de formação.

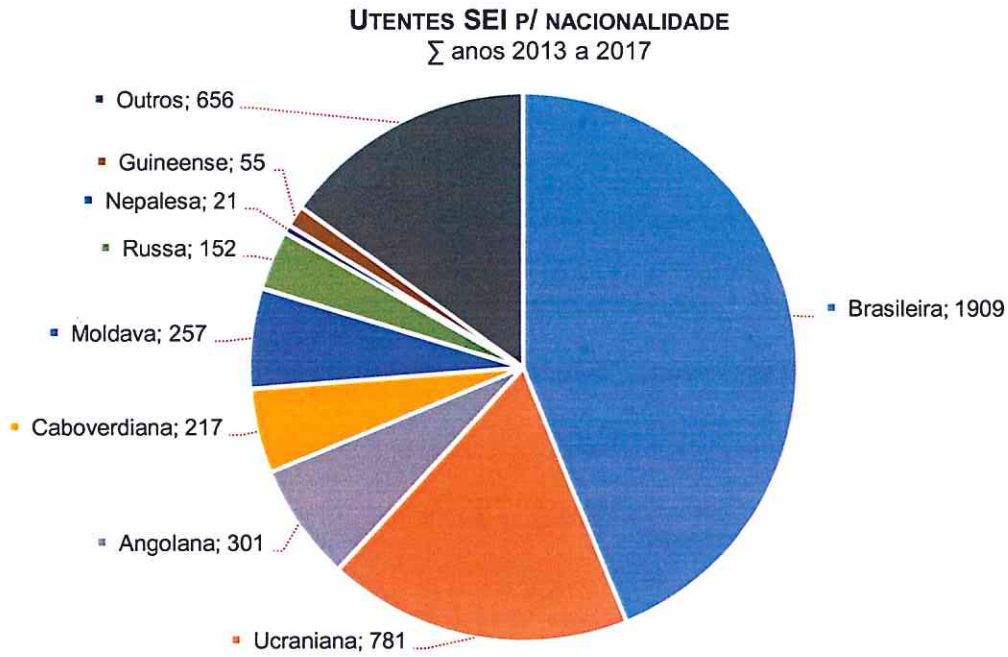
Gráfico 16.

UTENTES SEI P/ FAIXA ETÁRIA
 anos 2013 a 2017



Fonte: CMS|DISOC|GIME

Gráfico 20.



Fonte: CMS|DISOC|GIME

5.2.2. Urbanismo e Habitação

As principais questões referidas sobre esta área relacionaram-se com aspetos/dificuldades decorrentes dos processos de acesso à habitação.

Quando inquiridas sobre o grau de dificuldade no acesso à habitação, à chegada a Portugal, 25 pessoas (37% dos/as inquiridos/as) considerou que foi “Fácil”.

Contudo, quando comparados os valores positivos “Fácil” e “Muito Fácil” (total de 27 inquiridos/as ↔ 40%) com os valores negativos “Difícil” e “Muito Difícil” (total de 26 inquiridos/as ↔ 39%) verifica-se que a diferença é praticamente nula.

Quadro 17.

Aspeto	Grau de dificuldade	Freq.
Acesso a habitação	Muito difícil	7
	Difícil	19
	Fácil	25
	Muito fácil	2
	Não se aplica	7

Fonte: Questionário CMS|DISOC

Nas sessões de capacitação, os/as dinamizadores/as referiram que, por vezes, a condição “imigrante” se constitui como fator impeditivo ou dificultador no processo de arrendamento e/ou compra de casa.

As pessoas imigrantes participantes em *focus group* aludiram igualmente às dificuldades de arrendamento/compra de habitação decorrentes dos seguintes aspetos:

- Racismo/discriminação/preconceito associado às pessoas imigrantes (especialmente para com a comunidade brasileira);
- Falta de rendimentos para assegurar o pagamento de rendas, decorrendo de situações de precariedade laboral (que por sua vez, muitas vezes é consequência de dificuldades/impossibilidade na obtenção de equivalências académicas e/ou profissionais; desconhecimento da língua; falta de documentação), que se traduz em salários baixos; empregos ocasionais; inexistência de contrato; inexistência de descontos para a Segurança Social; seguro de trabalho; etc.



“- Trabalhei em limpezas, sem contrato...a patroa disse-me que fazia contrato mas nunca fez.”

“- O trabalho é muito precário, trabalho 3 meses, 6 meses desempregada.”

“- O meu problema é o trabalho. Trabalho sem contrato. Estou cá há 11 anos.”

“- Pago 100 € por uma casa sem janelas, o ano passado estava toda branquinha, agora está toda preta, cheia de humidade. Não posso pagar mais.”

- Dificuldade em arrendamento ou compra sem fiadores;
- Falta de documentação. “- Sem documentos nem me posso inscrever para habitação social”

No que respeita especificamente à habitação municipal a Câmara Municipal, em conformidade com a Legislação em vigor, não faz qualquer distinção entre as pessoas imigrantes e restante população no que respeita às condições ou requisitos de acesso, conforme referido pelo Serviço Municipal de Habitação (SMHAB) aquando da apresentação interna do Plano aos serviços CMS. Efetivamente, as questões de documentação assumem um aspeto fulcral e indispensável para acesso, pois não é possível fazer contratos de arrendamento sem Autorização de Residência e as questões relacionadas com documentação, sendo algo que não faz parte das competências do município, não pode ser resolvida por esta entidade.

O SMHAB referiu, ainda, que tem vindo a registar-se um aumento considerável de pedidos de habitação social, em consequência do aumento dos preços praticados no mercado normal de arrendamento.

Considerando os aspetos identificados, e a partir dos quais decorrem as principais dificuldades com que as pessoas imigrantes se confrontam, não se considerou nenhuma medida específica relacionada com o acesso à habitação. Contudo, prevê-se um conjunto de medidas no âmbito do Plano que, ainda que integrando outras áreas, terão impacto nesta temática, nomeadamente,

- Medidas de sensibilização da opinião pública relativamente às comunidades migrantes, assumindo-se a multiculturalidade/interculturalidade como um recurso para o território (deverá considerar-se quer as medidas que se prevê realizar especificamente na área *Media e Sensibilização da Opinião Pública*; quer outras medidas que, sendo enquadradas noutras áreas, contribuem para esse objetivo, por exemplo na área da *Cultura, Educação e Língua*);

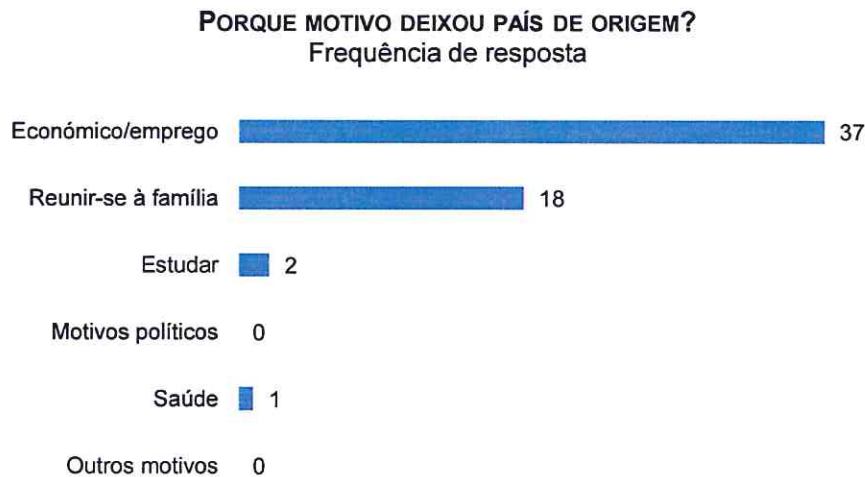


- Medidas que visam a promoção da empregabilidade e a proteção ao nível do emprego e condições de trabalho, onde se inclui o envolvimento/sensibilização de entidades empregadoras;
- Medidas previstas na área de Serviços de Acolhimento e Integração, onde se pretenderá agilizar processos e potenciar a aproximação das comunidades imigrantes aos serviços e vice-versa; bem como aumentar e qualificar a veiculação de informação.

5.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

A partir dos dados obtidos pelo questionário aplicado, verificou-se que, quando inquiridas sobre o principal motivo que levou a deixar o país de origem, a maioria das pessoas identificou motivos económicos/emprego.

Gráfico 21.



Fonte: Questionário CMS|DISOC

A inserção no mercado de trabalho assume-se como um dos principais motivos para a imigração e um fator essencial de integração das pessoas imigrantes na sociedade de acolhimento. Contudo, há uma série de dificuldades que decorrem, sobretudo, dos seguintes fatores: *Língua / Documentação / Reconhecimento de equivalências* (académicas e profissionais), que foram identificadas nos *focus group* realizados, quer com pessoas imigrantes, quer com técnicos/as de entidades.

Abaixo apresenta-se o número de respostas sobre o grau de dificuldade sentido, ao chegar a Portugal (referente aos diferentes nos aspetos considerados) obtidos a partir do questionário aplicado a pessoas imigrantes.

Quadro 18.

Aspeto	Grau de dificuldade	Freq.
Integração no mercado de trabalho	Muito difícil	12
	Difícil	31
	Fácil	10
	Muito fácil	5
	Não se aplica	5
Obter profissão correspondente às habilitações académicas ou experiência profissional	Muito difícil	24
	Difícil	12
	Fácil	10
	Muito fácil	3
	Não se aplica	10
Equivalências Académicas	Muito difícil	14
	Difícil	7
	Fácil	13
	Muito fácil	6
	Não se aplica	15

Fonte: Questionário CMS|DISOC

Os dados que apresentados, reforçam a reflexão inicial apresentada anteriormente sobre a área do *Mercado de Trabalho e Empreendedorismo*

Abaixo, apresentam-se algumas reflexões de pessoas imigrantes expressas nos *focus group* realizados e que evidenciam as questões acima mencionadas.

- “- Trabalho e legalização são fatores essenciais para o processo de integração.”
- “- Eu sou economista. Faço unhas. Eu gosto. Mas estudei 5 anos...”
- “- Quase ninguém consegue trabalhar na sua área. 1.º por causa da língua; 2.º reconhecimento de equivalências. A experiência assim não conta para nada.”

Os técnicos/as dos serviços (em particular o IEFP) reconhecem as dificuldades atrás enunciadas e, ainda que a um nível completamente diferentes, também estas/as se deparam com dificuldades na sua ação, condicionada por questões legais,

administrativas e burocráticas que, muitas vezes, não permitem responder eficazmente às situações. As numerosas e constantes alterações à legislação, entre outros aspetos, criam barreiras na sua apreensão por parte dos/as funcionários/as (agravado pelo facto de não receberem qualquer formação).

- “- Quando as pessoas chegam a Portugal, nem sempre está tudo em conformidade com as regras. Por exemplo, o visto de turista não permite trabalhar, no que respeita a países terceiros.”
- “- Nos processos de emprego, e decorrendo da Lei, são priorizados em 1.º lugar, cidadãos nacionais; em 2.º lugar, cidadãos do espaço europeu e, por fim, em 3.º lugar, cidadãos NPT.”
- “- Há dificuldade em avaliar o nível de formação das pessoas imigrantes para as poder integrar em formação certificada. O IEFP não tem forma de validar as competências, apenas de fazer a validação profissional.”
- “- As pessoas imigrantes, não tendo forma de comprovar, não há forma de reconhecimento em Portugal. Como é que o IEFP avalia? Como é que lhes podem dar formação?”

No *focus group* realizados/as técnicos/as identificaram igualmente diversas fragilidades inerentes aos serviços nomeadamente:

- Falta de formação sobre a área da imigração - Os funcionários/as dos serviços não estão devidamente informados/as ou sensibilizados/as para a “questão imigrante”;
- Os diferentes serviços deveriam ter um conhecimento global uns dos outros para que saibam encaminhar as pessoas corretamente;
- Envolver/sensibilizar os/as empresários/as do concelho.

De seguida, apresenta-se contributos obtidos a partir do exercício de *role playing* realizado pelos/as dinamizadores/as de *focus group*.

Naquele momento foram apresentadas questões relacionadas com questões de género associados à integração profissional. Foi referido, como exemplo, o facto de nos Países de Leste existirem determinadas profissões que são desempenhadas por mulheres e que em Portugal, por serem/estarem associadas aos homens (ex. condução/manobra de gruas; pintura naval), constituem um entrave à integração profissional.

Outro aspeto referido, pelos/as dinamizadores/as tem a ver com o facto de muitas pessoas imigrantes recém-chegadas serem enganadas/ludibriadas por pessoas dos países de origem que, aproveitando-se do facto de residirem há mais tempo em Portugal

e de terem um maior conhecimento da língua e (supostamente) dos direitos e deveres, utilizam essas vantagens em benefício próprio. Uma situação referida, para exemplificar, foi experienciada por uma senhora imigrante que chegando a Portugal arranhou trabalho através de um imigrante do seu país de origem que já se encontrava a residir em território nacional (e, geralmente, o primeiro impacto do/a imigrante recém chegado/a é com a comunidade imigrante que já se encontra na sociedade de acolhimento). O empregador, além de reter parte do salário (comissão) terá dito à senhora em questão que esta não podia inscrever o filho na escola por ainda não ter a nacionalidade portuguesa. Foi uma vizinha de nacionalidade portuguesa que, detetando a situação, esclareceu-a prestando as informações fidedignas necessárias.

Este tipo de situações são reveladoras da fragilidade e vulnerabilidade em que muitas pessoas imigrantes se encontram levando-as, muitas vezes, a aceitar trabalhos precários e/ou que sejam envolvidos em “esquemas que funcionam a curto prazo, mas que acabam por trazer mais dificuldades ao seu processo de integração.

Não havendo forma de, através deste Plano, resolver as questões relacionadas com o reconhecimento das equivalências de habilitações académicas e outras, é possível, contudo, implementar medidas que minimizem/atenuem algumas das problemáticas identificadas, quer ao nível da promoção da empregabilidade, quer da proteção das pessoas imigrantes. Nesse sentido, considera-se necessário sensibilizar e informar as pessoas imigrantes sobre os seus direitos e deveres em matéria laboral e inserção no mercado de trabalho, evitando e minimizando situações de precariedade que se verificam por opções das próprias pessoas imigrantes que se sujeitam ou pactuam com essas situações por lhes permitir um retorno imediato.

O outro aspeto que assume uma elevada relevância para os processos de integração no mercado de trabalho, sendo este o principal meio de subsistência e fator de inclusão, é o envolvimento de empresários/as em medidas desta área. Esse envolvimento foi, aliás, considerado em *focus group técnico* como um aspeto fundamental na integração das pessoas imigrantes no mercado de trabalho. Reconhecendo-se que esse envolvimento não tem sido o desejável, considera-se que deverão ser repensadas estratégias de sensibilização e de envolvimento que o potenciem, envolvendo as entidades consideradas como tendo maior competência ou cuja responsabilidade se considera prioritário, nomeadamente, IEFP; SEF; ACT; CDSSS.

5.2.4. Educação e Língua

Na área *Educação e Língua*, o desconhecimento/compreensão da Língua Portuguesa foi uma questão central como fator essencial para o processo de integração social e profissional das pessoas imigrantes, identificada nos diversos *focus group* realizados, bem como nos dados recolhidos nos questionários.

Porém, se algumas pessoas imigrantes referiram a falta de cursos de Português para Estrangeiros e consideravam esse aspeto como uma dificuldade, outras, bem como técnicos/as, identificaram a existência de cursos formais e informais, podendo concluir-se que há um “desencontro entre oferta e procura” evidenciando desconhecimento por falha na comunicação e publicitação.

No caso concreto do IEFP, por exemplo, foi referida a dificuldade em realizar cursos de *Português para Todos*, que só pode decorrer mediante a constituição de um grupo com um mínimo de por vinte pessoas e que possuam o mesmo domínio da língua portuguesa. Por outro lado, também é frequente haver desistências dos/as formandos/as porque, de modo geral, as pessoas privilegiam o trabalho (questão de sobrevivência) em detrimento da aprendizagem da Língua. “- *O seu foco não é a Língua, mas sim o Trabalho. As pessoas precisam/privilegiam a solução de curto prazo.*”

Acrescente-se que o curso “Português para Todos” decorre em horário laboral, o que é certamente incompatível com o exercício da atividade profissional pelo que, muitas vezes os/as imigrantes optem/preferiram frequentar os cursos informais que, pela sua flexibilidade e ausência do compromisso que advém da certificação, lhes dão uma maior liberdade podendo faltar sem justificações.

Uma professora reformada, referiu a dificuldade de envolvimento da comunidade chinesa nas aulas (curso informal) de Português que leciona em regime de voluntariado no Cd’CA.

A este respeito, acrescente-se que o Cd’CA realiza regularmente cursos de Línguas com recurso a pessoas voluntárias (nacionais e estrangeiras), algumas delas reformadas do sistema de Ensino e outras que se limitam a partilhar o seu conhecimento no domínio das línguas (ex. uma voluntária, de origem holandesa, dá aulas de Holandês; Português; Inglês e Francês, por serem idiomas que conhece e domina).

Face a exposto, considera-se pertinente que seja efetuado um mapeamento que permita aferir, por um lado, quais as respostas formais e informais que, efetivamente, existem no território e/ou quais as potencialidades existentes para aumentar a resposta; por



outro lado, criar mecanismos que assegurem a efetiva divulgação dessas respostas junto das comunidades imigrantes.

Abaixo, apresenta-se a frequência de respostas à questão “*Frequenta ou frequentou algum curso de Língua Portuguesa?*” obtidas a partir do questionário aplicado a pessoas imigrantes. Para uma correta análise dos dados apresentados, deverá ter-se em consideração um elevado número de pessoas inquiridas nacionais do Brasil e de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (sendo representativo dos países de origem da população residente no Concelho), cujo conhecimento de Português não motiva a frequência de curso de Língua Portuguesa.

Das restantes respostas, regista-se 13 que correspondem a pessoas que frequentam ou já concluíram e 17 apenas não o fizeram por não terem tido oportunidade.

Quadro 19.

FREQUENTA OU FREQUENTOU ALGUM CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA?	Freq.
Sim, estou a frequentar	1
Sim, frequentei e concluí	12
Sim, frequentei mas não concluí	0
Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade	17
Não, nunca frequentei porque não senti necessidade	27

Fonte: Questionário CMS|DISOC

Estes dados podem, de algum modo, corroborar a reflexão anterior, na correlação entre oferta e procura de cursos.

Outro aspeto refletido na área Educação e Língua relaciona-se com questões diretamente associadas às escolas.

Independentemente, da relativa facilidade no acesso aos estabelecimentos de ensino, identificado pelas pessoas imigrantes inquiridas no questionário¹⁶, foram identificadas algumas situações de racismo, de discriminação, de falta de sensibilidade que são, consequência direta de preconceitos assentes no desconhecimento e falhas na relação intercultural. Agrava esta situação o facto de não ser algo verificado, exclusivamente,

¹⁶ A questão “Quando chegou a Portugal, qual o grau de dificuldade que sentiu no no acesso a estabelecimento de ensino, ao chegar a Portugal?” contabilizou de 55 respostas: 20 consideraram “Fácil”; 13 consideraram “Difícil”; 4 consideraram “Muito Difícil”; 3 consideraram “Muito Fácil”; 15 consideraram “Não se aplica”)



na relação entre pares (alunos/as) mas algo extensível à relação entre corpo docente e discente.

- “- Há racismo entre crianças.”
- “- Maior sensibilidade por parte dos professores, nomeadamente no que se refere à língua.”
- “- É preciso dar formação aos professores sobre racismo.”
- “- Falta sensibilidade.”

Nesse sentido, será relevante apostar em ações em contexto escolar que promovam, junto de toda a comunidade escolar, o diálogo intercultural e a educação para a cidadania.

A evidenciar a importância desta intervenção apresenta-se, de seguida, alguns dados referentes à presença de alunos imigrantes nas escolas do concelho, com especial destaque para o peso significativo dos/as que são provenientes de países nacionais de países terceiros.

Quadro 20.

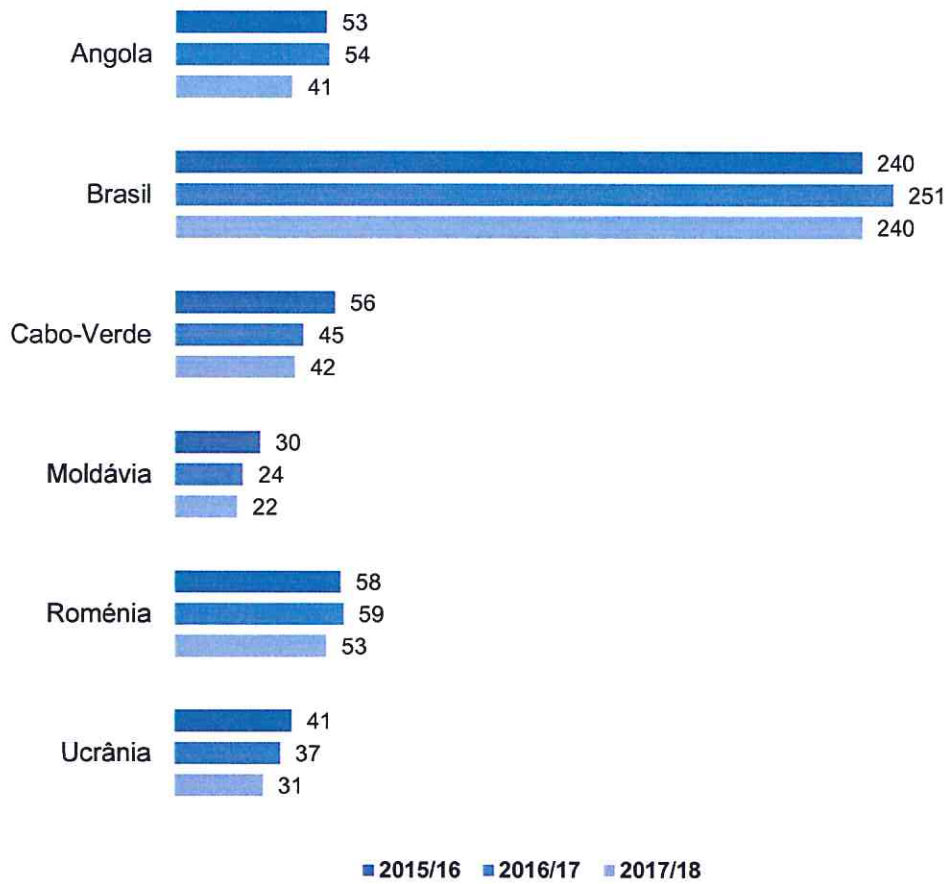
	Ano letivo		
	2015/16	2016/17	2017/18
Total de alunos/as	16.934	16.751	15.935
Total alunos/as imigrantes	591	595	539
Total alunos/as NPT	487	479	438
% alunos/as NPT (face a total de alunos/as imigrantes)	82,4%	80,5%	81,3%

FONTE: CMS|DIEDU



Gráfico 22.

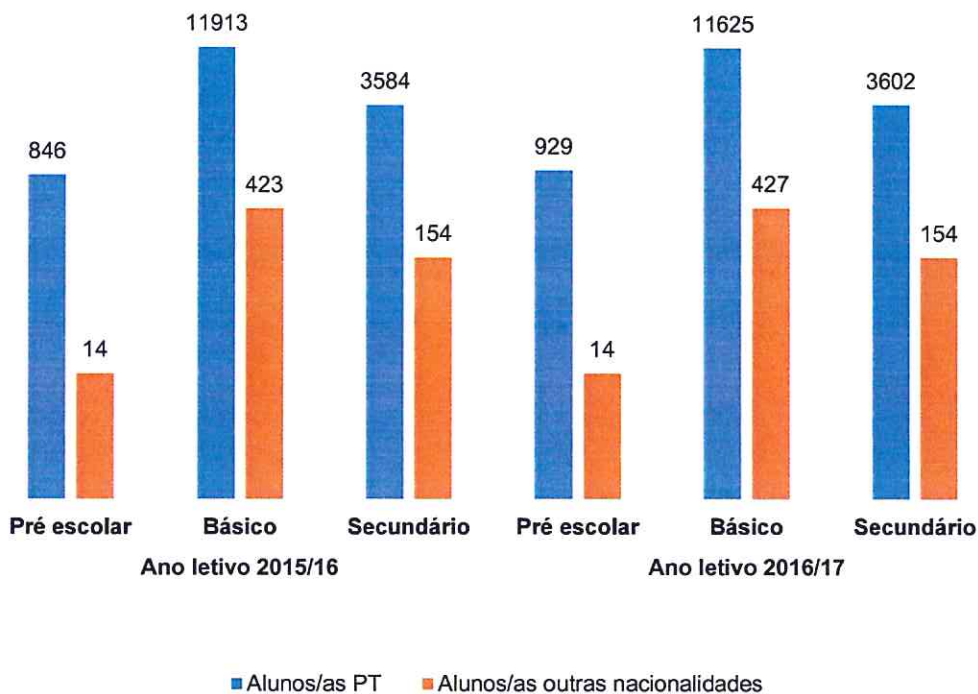
PRINCIPAIS NACIONALIDADES ALUNOS/AS IMIGRANTES P/ ANO LETIVO



Fonte: CMS|DIEDU

Gráfico 23.

ALUNOS/AS NACIONAIS E IMIGRANTES P/ ANO LETIVO E NÍVEL DE ENSINO



Fonte: CMS|DIEDU

Face às problemáticas identificadas e aos dados escolares apresentados, reconhecendo a importância da intervenção/sensibilização precoce, considera-se que o ensino básico constitui um grupo preferencial para o desenvolvimento de medidas de promoção da interculturalidade, sem prejuízo de ações que possam vir a ser desenvolvidas noutros níveis de ensino.

Ao nível do ensino secundário, por exemplo, o *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*¹⁷ considera, para o tema “Desenvolvimento”, o subtema “Diversidade cultural e visões do mundo” com o objetivo de «Valorizar a diversidade de culturas, sociedades e mundivisões, atribuindo-lhes uma relevância equitativa».

Para o subtema *Diversidade cultural e visões do mundo* foram considerados diversos *Descritores de Desempenho* «que integram um conjunto de conhecimentos, capacidades, valores, atitudes e comportamentos necessários à concretização da aprendizagem pretendida»¹⁸ e que, abaixo se transcrevem.

Como nota prévia, importa referir que «Os descritores de desempenho, em cada um dos níveis e ciclos de educação e ensino, são os considerados adequados ao nível de desenvolvimento e ao escalão etário das crianças e dos jovens a que se destinam, podendo a sua utilização ser adaptada aos diferentes contextos escolares específicos.»¹⁹

Descritores de Desempenho:

1. *Problematizar o conceito de cultura nas suas múltiplas dimensões.*
2. *Reconhecer que as identidades individuais e coletivas se constroem a partir de uma multiplicidade de lugares e contextos relacionais.*
3. *Reconhecer que diferentes culturas e mundivisões pressupõem diferentes formas de entender o desenvolvimento.*
4. *Reconhecer a importância do respeito e valorização da diversidade cultural nos processos de desenvolvimento.*
5. *Analisar situações que revelam como o etnocentrismo cultural condiciona os processos de desenvolvimento dos povos.*
6. *Refletir sobre tensões e conflitos sociais em contextos de interação entre nações, culturas, grupos étnicos e religiosos.*

¹⁷ O *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*, aprovado em agosto de 2016, foi elaborado pelo Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, em parceria com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e a Fundação Gonçalo da Silveira. (In, <http://www.dge.mec.pt>)

¹⁸ Ministério da Educação (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*, p. 9

¹⁹ Idem, p. 9

7. Participar em situações de interação com pessoas de diferente origem cultural.
8. Entender o papel do diálogo intercultural na criação de mudanças sociais locais e globais sustentáveis.²⁰

«A implementação da Educação para o Desenvolvimento nas escolas beneficiará da abordagem das vivências quotidianas que nela se cruzem com questões da comunidade local e da interação destas com desafios de ordem global. Importa também potenciar a necessária interdependência e complementaridade com outras áreas temáticas, numa visão holística/globalizante da educação para a cidadania, tendo como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.»²¹

Em conclusão, considera-se que, ainda que a proposta/aposta de medida em contexto escolar seja diretamente associada à área da Educação, está intimamente relacionada com as outras áreas, especificamente com a do Racismo e Discriminação e da Participação e Cidadania, com as quais estabelece uma clara e inquestionável relação.

Quadro 21.

FREQUENTA OU FREQUENTOU ALGUM CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA?	Freq.
Sim, estou a frequentar	1
Sim, frequentei e concluí	12
Sim, frequentei mas não concluí	0
Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade	17
Não, nunca frequentei porque não senti necessidade	27

Fonte: Questionário CMS|DISOC

Em relação aos cursos de português para estrangeiros, tornou-se evidente ao longo do processo de diagnóstico, que, o que inicialmente parecia um desencontro entre a oferta e a procura destes cursos, trata-se sobretudo de um desconhecimento das ofertas existentes no Concelho.

²⁰ Ibidem, p. 59

²¹ Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, p. 7-8

5.2.5. Capacitação e Formação

Ao nível da área *Capacitação e Formação* constata-se que a formação não é priorizada pelas pessoas imigrantes, pois esta não constitui uma resposta efetiva ao problema de desemprego com que se deparam.

Porém, no questionário aplicado, quando inquiridas sobre se *“Gostaria de receber formação? Em que áreas?”*, a maioria manifestou interesse em receber formação em *“Línguas”* (com especial destaque para o Português e o Inglês). Este dado evidencia o reconhecimento, por parte das comunidades imigrantes, da Língua como fator essencial de comunicação, integração e mobilidade.

Quando inquiridas sobre frequência de cursos de formação em Portugal, ou seja, *“Se já frequentaram outros cursos para além de um curso de Língua Portuguesa”*, 34 pessoas responderam que não o puderam fazer por falta de oportunidade e julgamos que esta dificuldade pode decorrer de inúmeros fatores, tais como: carga horária, pré-requisitos de inscrição/participação e normas de funcionamento.

- *“- De um modo geral, as pessoas imigrantes preferem cursos informais porque estes lhes dão uma maior liberdade, podem faltar sem grandes justificações, do que se fossem cursos certificados”.*

Quadro 22.

JÁ FREQUENTOU OUTROS CURSOS DE FORMAÇÃO EM PORTUGAL?	Freq.
Sim, estou a frequentar	5
Sim, frequentei e concluí	17
Sim, frequentei mas não concluí	2
Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade	34
Não, nunca frequentei porque não senti necessidade	5

Fonte: questionário CMS|DISOC

Em conformidades com os dados fornecidos pela Divisão de Educação (DIEDU, no universo de alunos, contabiliza-se 46 países²² de origem, dos quais 36 são NPT).

²² Ver listagem, em anexo



5.2.6. Cultura

Na área da cultura a Autarquia tem dinamizado vários projetos no âmbito da interculturalidade tais como a Praça do Mundo - Feira de Sant'Iago, Maio - Diálogo Intercultural e o Festival de Música de Setúbal.

A Praça do Mundo, presente desde 2004 em todas as edições da Feira de Sant'Iago, assume-se como espaço de promoção da interculturalidade do Concelho, quer através da presença do movimento associativo e da mostra do seu trabalho, quer através da realização de animações e espetáculos que transmitem a diversidade das comunidades presentes no nosso território.

Ao longo dos anos, o modelo de implementação da Praça do Mundo foi evoluindo, em conformidade com as avaliações realizadas e com os objetivos da iniciativa na qual se insere.

O Maio – Diálogo Intercultural surge em 2008, no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural, com os seguintes objetivos:

- Promover a interação positiva entre grupos culturalmente distintos;
- Valorizar a diversidade cultural como potencial de desenvolvimento humano e social;
- Destacar o trabalho desenvolvido pelas associações de imigrantes e grupos informais representativos de comunidades específicas, potenciando e apoiando a sua presença no espaço público e o sentido de pertença;
- Mobilizar diferentes parceiros para a participação efetiva em todas as fases do projeto;
- Potenciar sinergias que reflitam uma interculturalidade efetiva.

No seu ano de arranque, e através das parcerias estabelecidas no âmbito do Projeto “Milénio de Todos”, foi possível obter o apoio da Campanha *Objetivo 2015* da ONU, realizando em Setúbal a “Semana Objetivo 2015”, que deu início a um programa vasto, com realização de *workshops*, debates, mostra documental, espetáculos e demonstrações artísticas e exposições. Como resultado da avaliação positiva, foi decidida a continuação da iniciativa, como expressão da diversidade existente no Concelho.

Desde a primeira edição, a iniciativa cresceu com as parcerias e com as sinergias que se foram multiplicando, originando atividades cada vez mais diversificadas, chegando a

mais públicos, afirmando a interculturalidade como uma componente essencial ao desenvolvimento do nosso território.

Gráfico 24.



O Festival de Música de Setúbal é um evento que se realiza desde 2011 e que, a par da vertente cultural, engloba uma vertente inclusiva, utilizando a expressão musical como fator de integração/inclusão social. O amplo trabalho desenvolvido ao longo de todo o ano letivo com a comunidade local e com os/as alunos/as de diversas escolas do concelho (ensino básico, ensino artístico e ensino especial), possibilita experiências e vivências musicais nos/as jovens, muitos/as dos/as quais não as poderiam adquirir sem ser através da participação nesta iniciativa.



A Câmara Municipal dispõe ainda do Centro Multicultural que foi construído com a finalidade de servir desportiva, social e culturalmente as várias comunidades existentes no concelho, nomeadamente, as associações de imigrantes, as coletividades e as várias entidades concelhias.

No *focus group* das pessoas imigrantes e no da área da Cultura os/as participantes referiram que algumas associações de imigrantes se encontram “muito fechadas sobre si mesmas”.

Há, por isso, a necessidade de desenvolver atividades que permitam às diferentes comunidades conhecer-se entre si, bem como dar-se a conhecer à sociedade de acolhimento.

- “- *A sociedade de acolhimento não conhece a cultura dos imigrantes nomeadamente da parte positiva e deveriam conhecer mais.*”

Considera-se, assim, importante continuar a dinamizar as iniciativas atrás mencionadas de forma a promover e a dar a conhecer as diferentes culturas, proporcionando o convívio entre comunidades imigrantes e promovendo a sua interação com a comunidade de acolhimento de modo a “- *Quebrar com as barreiras invisíveis entre as diferentes comunidades*”, valorizando a diversidade cultural como potencial de riqueza humana no território.

5.2.7. Saúde

Na área *Saúde*, foram identificadas algumas questões nos diversos *focus group* realizados, bem como nos dados recolhidos nos questionários, nomeadamente a dificuldade de acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e as *barreiras* linguísticas e culturais existentes.

Destacando-se ainda o facto dos imigrantes que não tenham autorização de residência e que não comprovem que estão a residir em Portugal há mais de 90 dias, não têm direito ao cartão nacional de saúde e terão de pagar as taxas previstas em vigor: “- *Sem cartão de utente os tratamentos/internamentos/medicamentos são pagos na íntegra*”.

No entanto, há exceções, apesar de se continuar a verificar que muitas vezes as pessoas imigrantes não têm conhecimento das mesmas, sendo assim fundamental divulgar os direitos nesta área.



Pois, tal como foi mencionado no *focus group* técnico “-Não existe um guia que permita estabelecer um fio condutor. Há um grande desconhecimento, quer de pessoas imigrantes, quer do próprio pessoal administrativo dos serviços.”

A maioria dos imigrantes enfrenta barreiras acrescidas no acesso aos cuidados de saúde. A barreira linguística e cultural entre o imigrante e o profissional de saúde, foi outra dificuldade referida nos *focus group*. Essas barreiras associadas ao desconhecimento do sistema de saúde por parte do imigrante evidencia a situação de maior vulnerabilidade levando, muitas vezes, a tomadas de decisão menos benéficas, como seja o facto de não fazer ou não terminar tratamentos médicos.

Considera-se importante criar espaços de partilha e de reflexão cujo enfoque seja a relação entre a saúde e os aspetos socioculturais das comunidades imigrantes.

«Segundo o “The Migrant Integration Policy Index”, entidade responsável da medição das políticas de integração dos imigrantes em 38 países, que inclui toda a União Europeia, Portugal é o segundo país mais favorável do ocidente em termos de políticas de integração. Nas áreas do mercado de trabalho e reunião familiar, Portugal tem respetivamente uma pontuação de 91 (em 100) e 88. Enquanto que na saúde a pontuação fica-se pelos 43.»²³

É fundamental que as necessidades específicas dos imigrantes, no que se refere à área da saúde sejam abordadas e avaliadas no contexto do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com o intuito de responder adequadamente à diversidade cultural do território.

5.2.8. Solidariedade e Resposta Social

Nesta área, tal como aconteceu com a área de acolhimento e integração, o *focus group* técnico aponta sobretudo para a necessidade de melhorar a articulação entre serviços e formar técnicos e funcionários de *front desk* no sentido de melhorar o atendimento à população migrante.

A principal dificuldade apontada por técnicos dessa área reside no apoio social a cidadãos estrangeiros em situação irregular e na morosidade dos processos administrativos e burocráticos, nomeadamente no SEF e na Segurança Social, o que

²³ In, <https://www.dn.pt/lusa/interior/medico-desenvolve-projeto-pioneiro-de-apoio-a-imigrantes-em-lisboa-9078503.html>